

RAÍZES E RUMOS

ISSN: 2317-7705 online

A extensionalização dos currículos universitários: espaços de troca e de formação cidadã

v.11, n.2, julho / dezembro 2023





REITOR

Prof. Dr. José da Costa Filho

VICE-REITORA

Profa. Dra. Bruna Silva do Nascimento

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Vicente Aguilar Nepomuceno de Oliveira

DIRETORA DE EXTENSÃO

Profa. Dra. Mary Ann Menezes Freire

COORDENADORA DE CULTURA

Ma. Ana Carolina Carpintéro

EDITORES

Mary Ann Menezes Freire

Ana Carolina Carpintéro

EDIÇÃO DE TEXTO

Ana Carolina Carpintéro

Camila Pereira Montovani

REVISÃO DE TEXTO

Camila Pereira Montovani

CAPA

Rodrigo Fortes Mello

FOTO DE CAPA

LoveOn, no [FreeImages](#)

DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Fortes Mello

RAÍZES E RUMOS

v.11 n.2 julho/ dezembro 2023

Rio de Janeiro

ISSN 2317-7705 (online)

Raízes e Rumos	Rio de Janeiro	v.11	n.2	p.1 - p.97	Jul./Dez.2023
----------------	----------------	------	-----	------------	---------------

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Raízes e rumos. — Vol. 1, n. 1 (2013-). — Rio de Janeiro :
UNIRIO, 2013- .
v. : il.

Semestral.

Revista oficial da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Inicialmente publicada em formato impresso pelo Departamento de Extensão, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ISSN 0104-7035 (impresso).

ISSN 2317-7705 (online)

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2. ENSINO. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Ficha catalográfica elaborada por Naira Silveira – CRB-7 6250

SUMÁRIO

Editorial

- A extensionalização dos currículos universitários: espaços de troca e de formação cidadã.....7 a 8**
Mary Ann Menezes Freire

Artigos Originais

- A extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções iniciais para sua inserção curricular.....9 a 30**
Samanta Ramos dos Santos Leske, Leandro Rafael Pinto

- Nupe em Tela: um olhar sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação na modalidade da educação a distância.....31 a 56**
Dahyse de Oliveira e Oliveira, Edileusa Medeiros Bezerra, Francine Mendes dos Santos, Maria de Fátima Hanaque Campos

Relatos de Experiência Extensionista

- Programa Faces – Curricularização da extensão em um curso de Odontologia.....57 a 70**
Erika Pasqua Tavares, Fernanda Stefany Maciel Pereira, Gabriel de Oliveira Siqueira Marques, Kelvin Vinicius Divino Rodrigues, Maria Eduarda Braga Belisario, Maria Eduarda Pietra de Figueiredo, Mauricio Paiva Prado Filho, Vitoria Letícia da Silva Souza

- Revitalização da biblioteca de uma escola municipal: possibilidade de usos de resíduos descartáveis como ferramentas pedagógicas.....71 a 84**
Luana Cechin, Aryane Spadotto, Cinthia Wambier Adimari, Manassés Carlos Taques, Maria Eduarda Sobczak Alves Ferreira, Flavia Bedretchuk do Amaral, Rafaeli Chagas

- Relato de experiência: projeto de extensão “Antropofagia zoológica brasileira em memes – Viva Macunaíma!”85 a 96**
Elidiomar Ribeiro da Silva, Ana Carolina Muniz Vieira, Ricardo Chaker Luiz, Luci Boa Nova Coelho



Editorial

*Um preto, um pobre
Uma estudante, uma mulher sozinha
Blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais
Garotas dentro da noite, revólver: Cheira cachorro
Os humilhados do parque com os seus jornais*

*Amar e mudar as coisas me interessa mais
(Alucinação, Belchior)*

Organizado por Ana Carolina Carpintéro, Mary Ann Menezes Freire e Rodrigo Fortes Mello, este número temático tem como foco a Curricularização da Extensão. Vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Revista Raízes e Rumos tem por objetivo, neste segundo número temático do ano de 2023 divulgar artigos científicos e relatos de experiência em extensão universitária em torno da curricularização da extensão universitária, suas possibilidades, desafios e lacunas.

Uma vez que a curricularização da extensão tem mobilizado as universidades com o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014) que, em sua meta 12.7, responsabiliza as IES a “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, PNE, 2014, s/p)¹, é fundamental a ampliação dos espaços de trocas e aprofundamentos sobre a temática, dentro e fora das Universidades.

O movimento de fortalecer as produções sobre a temática corrobora com o necessário acompanhamento atual do processo de extensionalização dos currículos nas universidades brasileiras, contribuindo com a compreensão de como essas concepções e formas de saber-fazer estão sendo incorporadas nos diversos cursos de graduação do país.

Falar de práticas extensionistas que fortalecem o processo formativo nas Universidades brasileiras é ampliar os olhares e as compreensões para as últimas

¹ BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.



desafiadoras décadas, provocativas e mobilizadoras para qualquer formação que se pretende estabelecer a crítica social.

É necessário acolher o trabalho protagonizado por professores/as e servidores/as das universidades públicas, preservando sua autonomia, permitindo valorizar os conhecimentos e as experiências devidas dos/as estudantes. A maioria de nossas estudantes são mulheres, mães, trabalhadoras, religiosas, indígenas e racializadas, que são socializadas por uma educação bancária, sexista, racista e avessa à emancipação humana. Para enfrentar a educação burguesa, que reforça e repõe cotidianamente essas formas de ser, requer ação sobre as elaborações teóricas, aproximando os conteúdos, as práticas e as experiências de estudantes com os movimentos sociais e populares, com os territórios de resistência, com os diferentes saberes, com a pluralidade de ideias, com a boniteza do encontro e da comunhão, reavivando e habitando os espaços da luta política e da convivência comunitária. Ocupar as ruas, as praças, as universidades e semear a esperança de forjar tempos melhores para a humanidade (Burginski; Costa; 2022)².

É a partir da reflexão que articula o pertencimento ao todo e o respeito às diferenças que os trabalhos deste número temático se movem, sendo construídos a partir da prática extensionista e fazendo parte de sua construção. Esta é uma Edição provocadora que reúne processos de socialização e de extensionalização dos currículos que definem o caráter das instituições, enriquecem o coletivo e tocam a vida pessoal.

Agradecemos a todos/as colaboradores/as que compõem esta edição.
Saudações acadêmicas e extensionistas!

Mary Ann Menezes Freire - Diretora de Extensão e editora da Raízes e Rumos

² BURGINSKI, Vanda Micheli; COSTA, Teresa Cristina Moura. Curricularização da extensão em debate: possibilidades, desafios e lacunas. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 11-30, 2022. DOI: 10.20873/EDITORIAL. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/16839>.



A extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções iniciais para sua inserção curricular

The extension in the IFPR higher Technology programs: initial conceptions for its curricular insertion

Samanta Ramos dos Santos Leske¹

Leandro Rafael Pinto²

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa intitulada “A curricularização da extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções e subsídio para a inserção curricular”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O estudo apresentou como objetivo a análise e a verificação da compreensão das concepções de extensão estabelecidas nas políticas educacionais nacionais e institucionais e a contribuição destas para o processo de implementação da curricularização da extensão na instituição. O trabalho contemplou uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de questionários. Por meio do levantamento realizado verificou-se, além de outros resultados, a compreensão das concepções da extensão pela maioria dos docentes participantes da pesquisa, além de que a inserção curricular da extensão é um processo em constante discussão e construção na instituição.

Palavras-chave: Atividade extensionista. Curricularização da extensão. Cursos tecnológicos. Creditação da extensão.

Abstract

This article aims to present the results of the research entitled “The extension curriculum in the IFPR Higher Technology Programs: conceptions and subsidy for curricular insertion”, carried out within the scope of the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT). The objective of this was analyze and verify the understanding of extension concepts established in national and institutional educational policies and their contribution to the implementation process of extension curricularization in the institution. It contemplated an exploratory research with a qualitative and quantitative approach, using bibliographic research, documentary research and the application of questionnaires as data collection

¹ Técnica em Assuntos Educacionais e diretora de Extensão, Arte e Cultura do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - samanta.santos@ifpr.edu.br

² Docente e diretor de Pós-Graduação do IFPR - leandro.rafael@ifpr.edu.br



instruments. Through the survey carried out, it was verified, in addition to other results, the understanding of the concepts of extension by most of the professors participating in the research, in addition to the fact that the curricular insertion of extension is a process in constant discussion and construction in the institution.

Keywords: Extension activity. Extension in the curriculum. Technological courses. Extension crediting.

1 Introdução

A prática extensionista no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, por meio da prestação de serviços e da formação de adultos. Atualmente, a extensão é compreendida como um processo que envolve diversos aspectos interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e políticos. Promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação dialógica entre as instituições de ensino e a sociedade, contribuindo para o processo formativo do educando e para a transformação social (FORPROEX, 2012).

Com vistas a definir os princípios, fundamentos e procedimentos que deverão ser observados no planejamento, na gestão e na avaliação das instituições brasileiras de Educação Superior, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a qual apresenta as Diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira.

As diretrizes regulamentam o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, tornando obrigatório o mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação em atividades de extensão. Este processo, conhecido como “curricularização da extensão” também é chamado de creditação ou inserção curricular da extensão.

Sob esta temática, nasceu a proposta de pesquisa intitulada “A curricularização da extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções e subsídio para a inserção curricular”, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, no período de abril de 2021 a dezembro de



2022, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O estudo apresentou como objetivo geral a análise e a verificação da compreensão das concepções de extensão estabelecidas nas políticas educacionais nacionais e institucionais e a contribuição destas concepções para o processo de implementação da curricularização da extensão na instituição. Em especial, políticas no âmbito dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) do IFPR, também conhecidos como Cursos Tecnólogos.

Para delimitação da pesquisa foram consideradas as características e especificidades desta modalidade de curso. Sendo assim, o universo estudado foi composto pelos docentes vinculados aos trinta e dois CST do IFPR, os quais encontram-se distribuídos em dezoito *campi* da instituição.

O estudo contemplou uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de questionários.

Para análise e interpretação dos dados coletados, utilizou-se como método a Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Segundo Bardin, o referido método representa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 42).

A coleta de dados junto aos docentes objetivou levantar seus conhecimentos acerca das concepções de extensão presentes nas regulamentações e legislações nacionais e institucionais, sua participação em formações da área e a experiência destes com ações de extensão. Também houve uma abordagem sobre o processo de discussão e implementação da curricularização nos cursos, a oferta de ações de extensão presente nos planos de trabalho docente e por fim, os desafios do processo de implementação da curricularização.



Os resultados obtidos por meio da pesquisa são apresentados nos tópicos a seguir, abrangendo o percurso histórico da extensão e suas concepções, bem como os resultados da coleta de dados realizada com os docentes vinculados aos CST.

2 Histórico e concepções da extensão: das primeiras manifestações à publicação da política nacional de inserção curricular

A prática extensionista no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, sob forte influência de duas correntes extensionistas: uma norte-americana, centrada em fins comerciais e empresariais por meio de prestação de serviços, e outra europeia, com um caráter assistencialista direcionado à formação de adultos (LISBÔA FILHO, 2022).

Nas legislações brasileiras, os primeiros registros oficiais da extensão surgiram somente em 1931, com o Estatuto da Universidade Brasileira, e em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024 (FORPROEX, 2007). Ambos os documentos apresentavam a extensão numa perspectiva de assistencialismo e transmissão unilateral de conhecimentos.

Somente em 1968, por meio da Lei nº 5.540/68, Lei da Reforma Universitária, a extensão se tornou obrigatória em todas as instituições de ensino superior, neste momento caracterizada como cursos e serviços estendidos à comunidade.

De acordo com Sandra de Deus (2020), entre as décadas de 1960 e 1970, a extensão foi preterida a um plano secundário e reconhecida apenas por seu caráter assistencialista. Segundo Lisbôa Filho (2022), ainda na década de 1970, a extensão inicia uma fase de transição, na qual passa a se consolidar num viés mais transformador. E, desde então, tem sido promovida a partir da transformação social e da valorização dos sujeitos.

Somente em 1975 tivemos a publicação da primeira Política Nacional de Extensão, a qual veio ampliar as atividades extensionistas, incluindo cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas e projetos de ação comunitária com participação de docentes e discentes (GADOTTI, 2017).



Em 1987 houve a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), entidade direcionada à movimentação e definição das políticas de extensão no Brasil. A partir da criação do Fórum, tem-se a seguinte pactuação: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 1987, p. 1).

A década de 1980 também ficou marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, a qual apresenta a extensão como um dos pilares das universidades, além de compor o critério da indissociabilidade: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Com vistas à articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração e definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação do ensino, publica-se o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, com vigência para os anos seguintes.

Em 2014, tem-se a publicação da Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o atual PNE, vigente até o ano 2024. Dentre as metas apresentadas na legislação, destaca-se a meta 12:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, s.p.).

Para o alcance das metas apresentadas pelo PNE, o documento apresenta diversas estratégias. Neste aspecto, destaca-se a estratégia 12.7, a qual direciona-se à extensão: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).



Com vistas ao atendimento desta estratégia, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior. As Diretrizes definem “os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de Educação Superior de todos os sistemas de ensino do país” (CNE/CES, 2018), bem como, regulamentam as atividades de extensão para os cursos de graduação.

A partir destas Diretrizes, o preceito constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão toma materialidade. Mesmo com o estabelecimento legal da inserção curricular da extensão desde 2001, somente em 2018 tem-se uma expressa organização do processo.

Neste cenário Gadotti (2017) enfatiza, ao questionar a necessidade da inserção curricular da extensão, que a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada entre as funções da universidade. Deve ser indissociável ao ensino e à pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos.

Ao também questionar a publicação de uma legislação específica para a inserção da carga horária da extensão nos currículos, Garces et al. (2018) evidenciam que a Resolução CNE/CES confirma que a indissociabilidade não acontece na prática das instituições.

Neste sentido, ao abordar a implementação da curricularização nas instituições, torna-se imprescindível a reflexão de suas práticas, considerando para isto as possibilidades e os desafios presentes no caminho. A inserção curricular da extensão traz consigo a necessidade de repensar no compromisso social das instituições e no currículo que está sendo colocado em prática.

Sandra de Deus (2020) aponta que compreender este momento também exige analisar e compreender a história das instituições e seus compromissos, além de sua missão extensionista e sua trajetória.

Gadotti (2017) ainda aponta a superação da prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática verdadeiramente integral e integradora como um dos principais desafios para a inserção curricular.



Neste cenário, para que os dispostos na Resolução CNE/CES sejam cumpridos, faz-se necessário o comprometimento de todas as instituições e seus sujeitos. Além disso, o entendimento sobre as concepções da extensão torna-se ainda mais essencial para que as práticas extensionistas sejam realizadas de acordo com seus princípios e concepções, trazendo sua essência para todas as práticas.

Além dos preceitos legais até então mencionados, em âmbito nacional a extensão segue os princípios presentes na Política Nacional de Extensão Universitária, publicada pelo Forproex em 2012. De acordo com o documento, a extensão é um processo “interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

O documento ainda apresenta as diretrizes da extensão, sendo elas: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante, e impacto e transformação social. As diretrizes encontram-se representadas na Imagem 1.

Imagem 1 - Diretrizes da extensão universitária brasileira segundo o Forproex



Fonte: A autora (2022).

A diretriz da interação dialógica direciona a extensão ao desenvolvimento de relações que sejam marcadas pelo diálogo e pela troca de saberes entre as instituições



de ensino e as comunidades, deixando de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela instituição e passando a produzir um novo conhecimento, por meio da interação com a sociedade.

A interdisciplinaridade e interprofissionalidade buscam considerar as mais diversas áreas do conhecimento mediante a construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

A diretriz da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão reafirma a extensão como um processo acadêmico, e considera que as ações desenvolvidas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de ensino e da pesquisa. Desta forma, apresenta-se uma nova configuração ao processo acadêmico, este constituído pelo discente, pelo docente e comunidade.

O impacto na formação discente ocorre por meio do enriquecimento da experiência acadêmica em termos teóricos e metodológicos e também pela atuação discente no protagonismo das ações. Neste sentido, a experiência extensionista oportuniza a formação de profissionais preparados para uma vivência social participativa, em busca de soluções para as demandas da comunidade e de sua atuação como agentes de transformação.

A diretriz do impacto e transformação social reitera a extensão como meio de inter-relação das instituições de ensino com os demais setores da sociedade, objetivando uma atuação transformadora e a ampliação das possibilidades de aprendizagem para além da sala de aula.

Atendendo a estas diretrizes, o processo extensionista se apresentará como instrumento de democratização do conhecimento por meio do diálogo, da troca de saberes e da transformação social. Ainda, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, permitirá uma formação integral aos estudantes, tornando-os sujeitos capazes de interpretar, agir e transformar o meio em que vivem.

Nessa perspectiva, Tuttman (2001) aponta a extensão como uma possibilidade de mudança de caminhos, como construção de uma política educacional que possibilite novas teorias e práticas acadêmicas, baseadas num novo entendimento do que é a produção do conhecimento.



Para Freire (2017), a extensão deverá se apresentar com o intuito de ampliar o conhecimento dos indivíduos através de novas perspectivas de aprendizagem que os levem à transformação. A extensão é uma ação educativa, pois trata-se de uma relação entre o educador e o educando, na qual se realiza a ação de educar e de educar-se, numa prática de liberdade. Ainda segundo o autor,

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 2017, p.22).

Para que esta relação aconteça, a extensão deverá pautar-se no diálogo, na troca de experiências, conhecimentos e vivências entre todos os sujeitos envolvidos na ação. Afinal, fazer extensão não pode significar apenas a transmissão de um conhecimento pré-estabelecido ou uma ação assistencialista.

Diante do exposto, a prática extensionista materializa o compromisso social das instituições, oportuniza aos seus sujeitos um desenvolvimento mais humano, crítico e solidário. Promove o diálogo, a troca de saberes e experiências com a sociedade, além da formação integral dos sujeitos e da transposição das barreiras físicas da instituição.

3 A extensão no IFPR

Com a publicação da Lei nº11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná transformou-se em “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná” - IFPR.

Ao longo dos anos seguintes, foram implantadas novas unidades em diversas regiões do Estado, passando assim por uma relevante expansão institucional. Hoje, ao



todo, são 26 (vinte e seis) *campi* e 4 (quatro) Centros de Referência presentes em todo o Paraná.

De acordo com dados extraídos do Portal de Informações do IFPR, a instituição oferta 153 (cento e cinquenta e três) cursos nas mais diversas modalidades de ensino, divididos entre Cursos Técnicos, Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas, Bacharelados, Formação Inicial e Continuada, Especialização, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional. Contempla cerca de 28 (vinte e oito) mil estudantes, matriculados em cursos presenciais e cursos ofertados na modalidade a distância³.

A missão institucional do IFPR, apresentada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), evidencia a promoção de uma educação profissional, científica e tecnológica, que seja gratuita e de excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, visando a formação integral dos sujeitos.

Ainda de acordo com o documento, a responsabilidade social da instituição busca o desenvolvimento da cidadania, o combate às desigualdades sociais e a construção de conhecimentos articulados com as demandas sociais. Esta aproximação da instituição com os diversos setores da sociedade poderá se concretizar, dentre outras atividades, por meio da extensão.

No âmbito institucional, a extensão é tida como “um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade” (IFPR, 2018, p.2). Ainda, as ações de extensão são classificadas em programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações.

A Diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Diext), vinculada à Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, é o setor responsável pela coordenação, planejamento, orientação e avaliação das atividades de extensão em toda a instituição.

³ Informações coletadas no Portal de Informações do IFPR, disponível por meio do endereço: <<http://info.ifpr.edu.br/>>.



De acordo com sistema de gerenciamento do Comitê de Pesquisa e Extensão do IFPR, o Siscope⁴, encontram-se cadastrados 567 (quinhentos e sessenta e sete) projetos de extensão, os quais são desenvolvidos nos diversos *campi* da instituição.

Ainda, com o objetivo de consolidar as políticas de extensão, a instituição dispõe de programas de fomento às ações desenvolvidas, sendo: Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex); Programa Institucional de apoio ao Extensionista (Piae); Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH), e; Programa de apoio à aquisição de equipamentos para Pesquisa, Extensão, Arte, Cultura, Inovação e Pós-graduação (Proeq).

O fomento realizado pelos programas citados se dá por meio de recursos vindos da própria instituição e/ou de agências de fomento externas para concessão das bolsas aos estudantes e recursos financeiros para desenvolvimento das atividades.

Além das ações de fomento citadas, a Diext tem buscado ampliar as oportunidades de divulgação das atividades de extensão por meio da participação em eventos científicos internos e externos à instituição. Além disso, cabe enfatizar a Revista Difusão⁵, periódico cujo propósito é o estímulo e a divulgação das ações institucionais, e o Portal das Artes do IFPR⁶, que é um espaço virtual para divulgação de atividades artísticas, culturais e assuntos relacionados a Arte e a Cultura, envolvendo também as ações de extensão desenvolvidas nos *campi*, relacionadas à temática.

No que concerne à inserção curricular da extensão no IFPR, tem-se a publicação da Instrução Normativa nº1/2021, que instituiu a regulamentação para a implementação da curricularização no âmbito da instituição.

A partir desta institucionalização, intensificou-se o trabalho dos colegiados dos cursos nas discussões sobre a temática, bem como das Pró-reitorias envolvidas, a fim de atender os dispositivos legais e implantar efetivamente a inserção curricular.

⁴ Consulta realizada por meio do link: <<https://cope.ifpr.edu.br/transparencia.php>>, realizada em 15/03/2023.

⁵ Link de acesso: <<https://revistas.ifpr.edu.br/>>.

⁶ Link de acesso: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/portal-das-artes/>>.



E, neste sentido, a pesquisa desenvolvida no âmbito do ProfEPT foi ao encontro da realidade do IFPR, uma vez que almejou contribuir para o processo de implementação da inserção curricular da extensão na instituição.

Enfatiza-se que todos os cursos superiores da instituição concluíram o processo de inserção da carga horária de extensão nos currículos no primeiro semestre de 2023.

4 Experiência docente, compreensão das concepções extensionistas e o cenário da inserção curricular nos cursos Tecnólogos do IFPR

Com vistas a elucidar o problema de pesquisa proposto no estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o levantamento junto aos docentes dos CST do IFPR.

Segundo Mendonça (2017), as abordagens qualitativa e quantitativa podem ser utilizadas de forma complementar e concomitante em pesquisas educacionais:

[...] a pesquisa em educação tem por objetivo o estudo investigativo dos fenômenos educacionais e que, na maioria das vezes, a abordagem qualitativa é a que melhor corresponde ao que se espera - já que possibilita um olhar holístico e aprofundado ante ao comportamento humano. Isso não significa que a abordagem quantitativa não deva ser adotada, ambas podem ser utilizadas concomitantemente e de modo complementar (MENDONÇA, 2017, p. 95).

A proposta apresentada, na perspectiva quali-quantitativa, permitiu uma maior profundidade de análise e uma maior abrangência no que diz respeito aos participantes da pesquisa. Quanto à escolha metodológica, esta ocorreu devido à amplitude dos participantes, espalhados por diversas localidades do estado do Paraná.

A coleta junto aos 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) vinculados aos CST foi realizada no período de novembro de 2021 a março de 2022 por meio de questionário



com questões abertas e fechadas (múltipla escolha). Finalizada a etapa, obteve-se 45 (quarenta e cinco) respostas válidas.

O questionário encontrava-se dividido em cinco blocos:

- a) Dados Gerais: dados de identificação do *campus* e do curso de atuação do docente;
- b) Temática da extensão: levantamento acerca dos conhecimentos dos docentes sobre as concepções de extensão presentes nas regulamentações e legislações nacionais e institucionais, bem como da participação dos docentes em formações da área e a experiência destes com ações de extensão;
- c) Temática da curricularização da extensão: abordagem sobre o processo de discussão e implementação da curricularização nos CST, a oferta de ações de extensão nos planos de trabalho docente e os desafios de implementação da curricularização;
- d) Impacto da extensão: visão do docente acerca do impacto extensionista na formação discente e na transformação social;
- e) Coordenação de curso: bloco voltado aos docentes que também atuam como coordenadores dos CST, envolvendo questões acerca do processo de implementação da curricularização nos cursos.

Deste modo, considerando a participação dos 32 (trinta e dois) cursos pertencentes ao universo de pesquisa, passou-se à análise dos dados, a qual será apresentada neste artigo em dois tópicos: um referente às concepções de extensão compreendidas pelos docentes e sua experiência extensionista, e outro a respeito do processo de implementação da curricularização da extensão nos cursos.

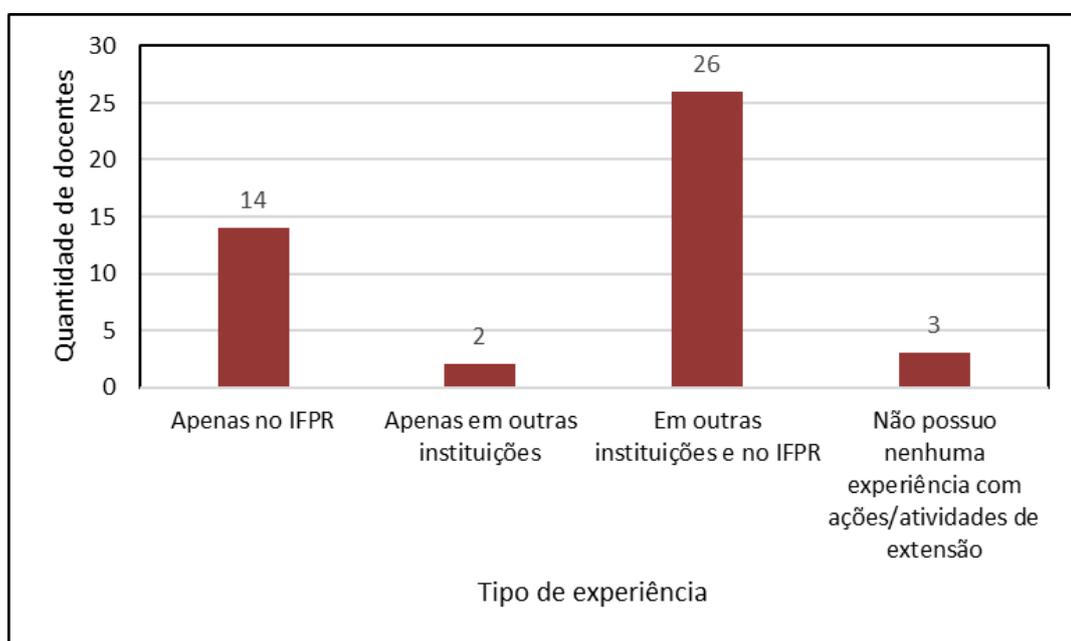
Em sua maioria, constatou-se a compreensão das concepções de extensão por parte dos docentes e do seu compromisso de atuação de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, em prol de uma educação que integre a perspectiva da emancipação humana na formação dos sujeitos.

Com relação ao conhecimento da concepção de extensão presente nos documentos norteadores nacionais, 73% (setenta e três por cento) dos docentes



afirmaram conhecer tais concepções. Quanto à concepção presente no normativo institucional, 78% (setenta e oito por cento) dos respondentes afirmaram conhecê-la. Também se evidenciou no estudo um grande número de docentes com experiência em ações extensionistas (93%), sejam elas no IFPR e/ou em outras instituições de ensino, bem como o desenvolvimento de ações em suas mais diversas modalidades: projetos, programas, cursos, eventos, publicações e prestação de serviços.

Imagem 2 – Experiência dos docentes pesquisados em ações de extensão



Fonte: A autora (2022).

Ainda, abordou-se junto aos docentes os motivos que os impulsionaram a ofertar as ações extensionistas. Neste quesito, realizou-se a averiguação dos dados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), sendo determinadas as seguintes categorias de análise: “Transformação social”, “Formação discente”, “Socialização do conhecimento”, “Carreira docente” e “Outros”.

O cenário levantado demonstrou que o maior motivador para a oferta de ações têm sido a transformação social. Esta categoria agrupou aspectos relacionados ao atendimento das demandas da comunidade em busca de transformação e superação das desigualdades sociais.



Neste quesito, faz-se necessário enfatizar que, assim como evidencia a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), as mudanças não ocorrerão apenas na comunidade. Enquanto parte da sociedade, a própria instituição será impactada e transformada.

No que se refere aos aspectos da formação discente, evidenciaram-se relatos que abordam a extensão como ferramenta de aproximação com a realidade da prática profissional, a construção de experiências educacionais diversificadas, a oportunidade de novas vivências e a proximidade com diversos grupos sociais.

Neste prisma, Sandra de Deus (2020) nos traz que a vivência e a experiência na extensão possibilitam aos discentes uma avaliação dos caminhos que seguirão, bem como a compreensão de outras realidades, outros saberes e outros olhares, impactando, desta forma, a vida acadêmica, profissional e pessoal destes.

A categoria temática “Carreira docente” evidenciou que a oferta da extensão se encontra ligada também ao desenvolvimento profissional e formação docente.

Com relação à categoria temática “Socialização do conhecimento”, evidenciou-se a troca e a democratização de conhecimentos com a comunidade como motivo para a oferta de ações. Esta prática vem ao encontro das reflexões freireanas que influenciaram a definição de extensão, na qual se almeja uma ação que dialogue com a comunidade. Neste aspecto, o Forproex apresenta:

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, p. 11).



Por fim, a categoria temática “Outros” destacou que a motivação da oferta extensionista também pode estar integrada à missão da EPT, à natureza de certos cursos, e também à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No que tange à compreensão das concepções da extensão, os dados levantados demonstraram um cenário muito positivo frente às características da extensão pela visão dos docentes, sendo possível inferir que as concepções extensionistas encontravam-se compreendidas em sua maioria.

No entanto, mesmo com este cenário positivo, levantou-se a necessidade de se debater incansavelmente as diretrizes de extensão preconizadas pela Política Nacional de Extensão.

Com relação à participação docente em ações de formação na temática da extensão, constatou-se um número expressivo de docentes que nunca participaram destas ações, representando 44% dos participantes, fato este que pode representar um limitador para a efetiva compreensão das concepções e diretrizes extensionistas.

Mesmo que em muito baixo número, dois casos apenas, também se evidenciou o desenvolvimento de ações sem a participação discente, sem o envolvimento da comunidade externa, ou ainda, sem o diálogo necessário com a comunidade, num movimento unilateral de transmissão do conhecimento.

Sendo assim, a fim de pormenorizar o desenvolvimento de ações não condizentes com as concepções vigentes, enfatiza-se a necessidade de constante formação sobre a temática na instituição, assim como um maior alinhamento na gestão das atividades.

Especificamente sobre a curricularização da extensão, o levantamento demonstrou que as discussões acerca do processo de inserção da carga horária e ajuste dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) já haviam sido iniciadas em 78% (setenta e oito por cento) dos colegiados de CST ofertados na instituição, envolvendo desta forma os docentes vinculados aos cursos, gestores das unidades, equipes pedagógicas e demais servidores.

Também se observou que a extensão, mesmo que em mínima frequência, já se encontra dentro dos currículos dos cursos pesquisados, visto que foi identificado o



desenvolvimento de ações extensionistas em componentes curriculares de 6 (seis) cursos. Este cenário vem a contribuir para o processo de implantação da curricularização, uma vez que alguns cursos, por sua natureza, já apresentam esse caráter extensionista.

No quesito participação em formações e capacitações sobre a temática, 60% (sessenta por cento) dos respondentes afirmaram ter participado de ações formativas referente à inserção curricular da extensão nos currículos.

Quanto aos desafios apontados pelos docentes para a implantação da curricularização da extensão, a construção deste cenário também se realizou por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), sendo determinadas as seguintes categorias de análise: “Horário de oferta das atividades”; “Organização curricular”; “Carga horária docente”; “Compreensão das normativas e concepções”; “Recursos necessários”; “Engajamento da comunidade acadêmica” e; “Outros”.

O elemento que se apresentou em maior quantidade permeia a horário de oferta das atividades. Neste cenário, evidenciaram-se elementos que se referem principalmente aos cursos noturnos e cursos cujos estudantes são trabalhadores e dispõem de pouco ou nenhum tempo para a participação de atividades em contra turno, sendo necessária a oferta das ações curricularizadas no mesmo horário das aulas.

Outro fator abordado a respeito dos cursos noturnos, refere-se ao envolvimento e atendimento das comunidades de forma presencial, uma vez que, segundo os respondentes, a maior parte das instituições, associações e entidades estariam fechadas neste período.

Com relação à categoria temática “Organização curricular”, esta abordou os entraves apresentados relativos à adequação dos PPC’s, adequação da carga horária dos componentes curriculares, escolha da melhor forma de oferta para cada curso, principalmente ao considerar a grande quantidade de discentes.

Dentre as respostas vinculadas à categoria temática “Carga horária docente”, houve a indicação de que os docentes já se encontram com um número elevado de atividades e, desta forma, com pouco tempo disponível para o planejamento,



acompanhamento e avaliação das atividades de extensão. Segundo os participantes da pesquisa, os desafios também passam pela organização do tempo e ajuste da carga horária docente, além da possibilidade de um aumento de carga horária para atendimento da demanda.

Quanto à categoria “Compreensão das normativas e concepções”, foram evidenciados relatos a respeito da necessidade de um maior conhecimento sobre os documentos orientadores da extensão e da curricularização. A falta de discussões sobre a temática por parte dos colegiados e a necessidade de difusão dessa nova realidade entre o corpo docente, também são indicados no levantamento.

Ainda neste cenário, evidenciou-se a necessidade de uma maior compreensão do critério de indissociabilidade, uma vez que muitos docentes estão focados em atividades de ensino de forma separada das atividades de pesquisa e extensão.

Já na categoria temática “Recursos necessários” abordou elementos de caráter material, físico, humano e financeiro, registrados como necessários ao desenvolvimento e oferta das atividades. Ficou evidente a falta de recursos para a extensão, bem como a falta de laboratórios específicos, infraestrutura e servidores nos *campi*.

Quanto ao engajamento da comunidade acadêmica, esta categoria apresentou a necessidade de participação de todos os setores do *campus* no processo de inserção curricular das atividades, não somente do colegiado do curso ou dos docentes envolvidos com as atividades extensionistas. Também se evidenciou a necessidade de compreensão e engajamento dos discentes no processo para entenderem seu papel como protagonistas e a importância da extensão para sua formação.

Por fim, a categoria temática “Outros” abordou desafios como a interação com a comunidade externa e a busca por parcerias, a realização de procedimentos avaliativos para as atividades de extensão, a implantação de uma rotina extensionista nos cursos, o rompimento do entendimento que aula só ocorre dentro de sala, o possível esgotamento de ideias em determinadas localidades ao longo dos anos letivos, entre outros.



Para finalizar o levantamento de dados, os docentes também informaram que, na ocasião, estavam sendo planejadas e/ou realizadas reuniões com os colegiados para discussões acerca do processo de curricularização, assim como sendo realizadas outras ações em seu *campus*, como exemplo: criação de grupos de trabalho, reuniões gerais para apresentação das novas diretrizes, formação com as equipes gestoras da Pró-reitoria de Ensino e Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, formação com outras instituições de ensino superior da rede Federal, participação em seminários, e outros eventos.

5 Considerações Finais

Conforme apresentado ao longo deste artigo, faz-se necessário que as instituições e seus sujeitos se envolvam efetivamente e compreendam o que é a extensão e suas concepções, com vistas à efetivação da implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação.

Por meio do levantamento realizado - bibliográfico, documental e coleta de dados - verificou-se que a inserção curricular da extensão no IFPR assenta-se sob os pilares da interação dialógica, da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, do impacto na formação discente, e do impacto e transformação social. Outrossim, a inserção curricular da extensão é um processo em constante discussão e construção no IFPR.

A compreensão das concepções da extensão pela maioria dos docentes participantes da pesquisa, como também a experiência destes e o desenvolvimento de ações de extensão em alguns componentes curriculares já ofertados, reflete um cenário positivo, o qual vem a contribuir para o processo de inserção curricular da extensão nos Cursos Tecnólogos do IFPR.

No entanto, enfatiza-se por meio deste estudo a necessidade de constante formação sobre a temática na instituição, bem como um maior alinhamento na gestão das atividades ofertadas.



Mesmo com os entraves apresentados para sua implementação, a curricularização da extensão se traduz em um grande marco para a educação brasileira, ao representar um importante momento para a consolidação da extensão no âmbito do IFPR e das instituições públicas de educação superior brasileiras.

Ainda, os resultados desta pesquisa impulsionaram a proposição e elaboração de um produto educacional com vistas a contribuir para o processo de inserção curricular da extensão nos cursos Tecnólogos do IFPR. Para isto, foi elaborada uma proposta de componente curricular específico de extensão para os CST, com foco na introdução à prática extensionista.

O produto se apresenta como uma possibilidade dentre as diversas ações que poderão ser implementadas nos cursos e encontra-se disponível na plataforma eduCAPES⁷.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da

⁷ <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/720064>>.



República, [2009]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios.** Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **1 Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.** Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília: UNB, 1987.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: Forproex, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GARCES, Solange Beatriz Billig *et al.* **Reflexões sobre a Curricularização da Extensão.** In: Seminário Internacional de Educação no Mercosul, XVIII. Anais. Cruz Alta: 2018.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 11, de 27 de março de 2018.** Aprova e institui as diretrizes para as atividades de extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Consup/IFPR, 2018. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-11-2018-2/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023.** Curitiba: IFPR, 2020. Disponível em: <<https://info.ifpr.edu.br/informacoes-institucionais/pdi-plano-de-desenvolvimento-institucional/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IFPR. **Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021.** Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Curitiba: IFPR, 2021. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/o->



instituto/comissoes/comissao-de-curricularizacao-da-ensao/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira [...]. Brasília: MEC/CNE, 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

MENDONÇA. Priscilla Bibiano de Oliveira. A Metodologia Científica em Pesquisas Educacionais: Pensar e Fazer Ciência. **Interfaces Científicas - Educação**. Aracaju, v. 5, n. 3, p. 87 - 96, 2017. ISSN 2316-333X.

TUTTMAN, Malvina Tania. Extensão universitária: a construção de novos caminhos. In: DURHAM, E. R., SAMPAIO, H. (Org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.



Nupe em Tela: um olhar sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação na modalidade da educação a distância

Nupe em Tela: a look at the curricularization of extension in undergraduate courses in the modality of distance education

Dahyse de Oliveira e Oliveira¹

Edileusa Medeiros Bezerra¹

Francine Mendes dos Santos²

Maria de Fátima Hanaque Campos³

Resumo

O debate em torno da curricularização da extensão universitária deu-se através do Plano Nacional de Extensão Universitária 2012, Plano Nacional da Educação (2014-2023) e a Lei nº 13.005/2014 que definiu, na estratégia 12.7, “assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (BRASIL, 2014). Esse estudo trata da experiência do Projeto Nupe em Tela e teve como objetivo divulgar as atividades de curricularização da extensão nos cursos de graduação na modalidade a distância, na Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD/UNEB). Adotou como procedimentos metodológicos a pesquisa descritiva, em uma abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas e documentais para coleta de dados. Como resultados, destacam-se o êxito da curricularização da extensão, a necessidade de avaliações contínuas para o aprimoramento da articulação com ensino e pesquisa, qualificação docente, formação discente, parcerias com a sociedade e atendimento às demais instâncias institucionais.

Palavras-chave: Extensão universitária. Plano Nacional da Educação. Cibercultura.

Abstract

The debate around the Curricularization of University Extension took place through the National Plan for University Extension 2012, the National Education Plan (2014-2023) and Law n. 13.005/2014 that defined in strategy 12.7, to ensure at least 10% (ten percent) of the total curriculum credits required for graduation in university extension programs and projects. This study deals with the experience of the Project *Nupe em Tela* and aimed to disseminate the activities of Extension Curricularization in

¹ Analistas Universitárias da Unidade Acadêmica de Educação a Distância da Universidade do Estado da Bahia (UNEAD/UNEB) - daoliveira@uneb.br; ebezerra@uneb.br

² Docente da UNEAD/UNEB - fmsantos@uneb.br

³ Docente da UNEB e do Programa de Pós-graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC) - mhcampos@uneb.br



undergraduate courses in the distance modality, in the Academic Unit of Distance Education (UNEAD/UNEB). Descriptive research was adopted as methodological procedures, in a qualitative approach, using bibliographic and documentary sources for data collection. As a result, the success of the Curricularization of Extension stands out, the need for continuous evaluations to improve the articulation with teaching and research, teacher qualification, student training, partnerships with society and service to other institutional instances.

Keywords: University Extension. National Education Plan. Cyberculture.

1 Introdução

A política de extensão reflete o desenvolvimento do processo de institucionalização que iniciou em 1999, com o Plano Nacional de Extensão, o que fortaleceu a extensão universitária desde a sua inclusão no texto constitucional, em 1988, e reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social (FORPROEX, 2012).

O debate em torno da curricularização da extensão universitária, institucionalizado estrategicamente nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária em 2012, tem como destaque a “interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social” (FORPROEX, 2012).

É ainda potencializado pelas discussões decorrentes do Plano Nacional da Educação (2014-2024), por meio da Lei nº 13.005/2014, especificado na meta 12, que dispõe sobre o aumento da taxa bruta das matrículas na educação superior e especificamente a estratégia 12.7, que estabelece “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Essas normativas, originadas por demandas sociais, propiciaram à comunidade acadêmica as condições para refletir e redefinir a extensão universitária.



Cresce, dessa maneira, a compreensão de que a extensão, assim como a pesquisa, deve fazer parte do cotidiano dos cursos a distância ofertados pela academia, inserindo-os no mesmo horizonte em que são ofertados os cursos presenciais em uma universidade, que é referência no desenvolvimento de ações extensionistas na comunidade baiana.

O aluno do curso a distância deve ter acesso a uma formação integral, ou seja, ter acesso aos três pilares das áreas de atuação inerentes às universidades públicas brasileiras: ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é a maior instituição estadual de ensino superior pública, fundada em 1983, e está presente geograficamente em todas as regiões do estado, estruturada no sistema multicampi (UNEB, 2023). A instituição disponibiliza mais de 170 cursos e habilitações, nas modalidades presencial e a distância, em níveis de graduação e pós-graduação.

A Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD), órgão vinculado à Reitoria da UNEB, tem o propósito de integrar ações de ensino, pesquisa e extensão na modalidade da educação a distância, contribuindo para o desenvolvimento de regiões em suas múltiplas dimensões.

No relatório intitulado “Diagnóstico do Sistema e Processos da Modalidade Educação a Distância da UNEB - II FASE” (UNEAD, 2019), são apresentadas preocupações em relação à extensão universitária nos cursos ministrados. Dentre essas, destacam-se: a) definição de ações para ensino, pesquisa e extensão envolvendo educação e tecnologia na UNEB; b) adoção de estratégias de ofertas voltadas ao atendimento das demandas sociais dos territórios; c) definição estratégia de fortalecimento da qualificação dos programas e cursos (UNEAD, 2019).

Tendo em vista tal desafio, que se refere ao processo de institucionalização e operacionalização das propostas de curricularização da extensão universitária, com ênfase nas especificidades comuns à modalidade a distância no contexto das universidades públicas, o presente estudo objetiva produzir a socialização e a análise acerca dos movimentos vivenciados nos cursos de graduação na modalidade a distância na UNEAD/UNEB.



A experiência do Projeto Nupe em Tela é uma ação do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE), da UNEAD/UNEB, que busca socializar conhecimentos sobre a curricularização da extensão no âmbito da educação a distância.

A investigação adotou como procedimentos metodológicos a pesquisa descritiva, fundamentada na “descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2016, p. 28). Como método de abordagem qualitativa, focalizou o projeto sob a perspectiva dos fundamentos normativos da curricularização da extensão e sua singularidade no campo da educação a distância, utilizando-se de fontes bibliográfica e documental para coleta de dados.

2 Os fundamentos jurídicos da curricularização da extensão na UNEB: construindo caminhos

A Universidade é uma instituição que em seus fundamentos produz e troca conhecimentos em diversas áreas do saber, ancorada no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão. A voz, a fala e a escuta de diferentes atores (universidade, governo e sociedade), decorrentes de atividades extensionistas, evidenciam aprendizagens que consagram uma trajetória de construção e transformação social. Nesse caminho, as experiências de curricularização da extensão vivenciadas em universidades emergem como soluções tangíveis às conquistas normativas no campo da extensão universitária.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 207, preconiza o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, normatizando e legitimando as atividades universitárias imprescindíveis à consagração do processo acadêmico-formativo do estudante.

Os Fóruns de Pró-Reitores de Extensão, entidades acadêmicas públicas e privadas voltadas para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, têm contribuído com o tema da curricularização apresentando discussões significativas em seus Fóruns e nas instâncias universitárias de implantação da extensão em cursos de graduação.



A definição de extensão utilizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) esclarece que “a extensão universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a universidade e outros setores da sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (FORPROEX, 2012).

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010, Lei nº 10.172 de 09/01/2001, estabelece a responsabilidade das universidades nas suas funções de ensino, pesquisa, e extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica. Salienta ainda na meta 23, item 4.3-B da referida normativa, a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior no quadriênio 2001-2004, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país seja reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Na sequência, a publicação da Lei nº 13.005, de 25/06/2014, Plano Nacional de Educação (2014-2023), convalidou ainda mais esse processo ao estabelecer que as atividades de extensão preencham no mínimo 10% do total de créditos curriculares da graduação, conforme estratégia 12.7 mencionada anteriormente. A criação dessa normativa para as ações extensionistas simbolizou o reconhecimento da extensão como potencial de desenvolvimento e de superação das desigualdades sociais, incentivando a promoção de projetos e programas extensionistas no âmbito da graduação.

Outra conquista regulamentar está presente na Resolução nº 7, de 18/12/2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, definindo os princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação dessas instituições, de todos os sistemas de ensino do país.

Conforme essas prerrogativas, a formação do estudante está diretamente vinculada às atividades acadêmicas de extensão realizadas durante o seu curso de graduação, numa perspectiva cidadã.



Além disso, conforme preconiza o artigo 3º da supracitada Resolução, a extensão se integra à matriz curricular e a organização da pesquisa, (constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Convém salientar ainda que o artigo 4º dessa Resolução disciplinou a matéria ao definir que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018, art 4º).

No âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foi publicada a Resolução CONSEPE nº 2018/2019 que aprovou o Regulamento das Ações de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela instituição. O artigo 12 da referida Resolução estabeleceu as seguintes modalidades para o processo de curricularização da extensão:

- I. Definição de carga horária dos componentes curriculares ofertados, podendo ser parcial ou total, previamente planejados, para cada semestre letivo com destinação específica para ações de extensão;
- II. Matrícula e aproveitamento de ações de extensão ativas e devidamente cadastradas no Sistema da Pró-Reitoria de Extensão - SISPROEX cujas temáticas sejam articuladas com o currículo e coordenadas por um docente ou técnico da UNEB; e,
- III. Criação de componente curricular específico que garanta a participação de discente de diferentes cursos para estudos articulados e realização de projeto extensionista (UNEB, 2019, p. 5).

Conforme a Resolução CONSEPE no 2018/2019, o aproveitamento da carga horária das ações de curricularização da extensão deve estar previsto no Projeto Pedagógico do Curso e/ou nos Planos de Curso de componentes previstos na matriz curricular para registro automático no histórico escolar do estudante.



Convém ressaltar que a Resolução CONSEPE 2018/19 da UNEB estabelece que o processo de curricularização na modalidade a distância deve ser realizado conforme os seguintes preceitos:

Art. 18. Discentes da modalidade de Educação à Distância desenvolverão Atividades Curriculares de Extensão nos espaços de intervenção (comunidade/movimento social/instituição pública) do seu município de atuação. Estas deverão ser previamente cadastradas pela Coordenação do Curso e estar sob a orientação de docente ou de técnico/a com formação de nível superior através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em uso pela instituição.

Art. 19. Cada atividade poderá ter, no máximo, até 20% (vinte por cento) da sua carga horária total na modalidade de Educação à Distância.

I. Havendo excedente de carga horária cursada, esta poderá ser aproveitada como carga horária complementar, respeitando as normatizações de cada curso; e,

II. Os cursos que já iniciaram o processo de inserção das ações de extensão como componente obrigatório do currículo deverão validar as suas ações de extensão. (UNEB, 2019, p.5-6)

Mesmo cientes da conquista normativa ao longo da história da extensão, tanto a nível normativo federal, como a nível institucional com a experiência da UNEB, todo esse aparato jurídico não está sendo suficiente para o desenho institucional da curricularização da extensão nos cursos de graduação da universidade.

A extensão universitária evidencia um potencial elevado para viabilizar uma formação estudantil mais qualificada, humana e inclusiva. O grande desafio da política científica é criar um ambiente acadêmico marcado pela capacidade sistemática de reconstruir conhecimento (DEMO, 2001).

O processo de curricularização implica em discussões complexas sobre matriz curricular, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, relação universidade e sociedade, entre outras. E, nas palavras de Edgar Morin (2015, p.6): “o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional”.



Nessa seara, envolver professores e alunos constitui-se um desafio para as ações de implementação da curricularização da extensão, principalmente para aqueles que atuam com a educação na modalidade a distância, o qual o espaço/tempo/tecnologia une e distancia na mesma proporção, instantaneamente.

Diante do exposto, percebe-se que as atividades de curricularização da extensão enfrentam legislações extensas e diversificadas, conteúdos pedagógicos engessados, anos de experiência docente e alunos com lacunas em seu processo formativo.

No entanto, como afirma Pedro Demo (2001, p. 142), “duas seriam as funções centrais da universidade hoje: reconstruir conhecimento e educar novas gerações”. Na academia extensionista contemporânea, agrega-se valor à mudança e à flexibilidade, desenvolvendo nas presentes e futuras gerações o potencial de imaginação criativa, de problematização do mundo e de intervenção social descortinando-se, assim, um horizonte possível para os caminhos da curricularização da extensão pelo viés da educação a distância.

3 Educação a distância: espaços de conhecimentos emergentes

Pierre Lévy desenvolveu uma análise sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura e destaca uma nova relação com o saber, sobretudo, pelas novas tecnologias que amplificam e modificam funções cognitivas humanas, como: memória, imaginação, raciocínios.

Segundo Lévy, as tecnologias intelectuais favorecem:

- Novas formas de acesso à informação: navegação por hiperdocumentos, caça à informação através de mecanismos de pesquisa, knowbots ou agentes de software, exploração contextual através de mapas dinâmicos de dados,
- Novos estilos de raciocínio e de conhecimento, tais como a simulação, verdadeira industrialização da experiência do pensamento, que não advém nem da dedução lógica nem da indução a partir da experiência (LÉVY, 1999, p. 157).



O pesquisador avança na sua análise sobre as mudanças da educação e da formação no contexto da cibercultura propondo duas reformas: a primeira trata-se da inserção e adaptação ao Ensino Aberto e a Distância (EAD), no cotidiano da educação, pois essa modalidade de ensino explora novas tecnologias intelectuais que desenvolvem o cognitivo e sobretudo uma nova pedagogia que favorece as aprendizagens individuais e as aprendizagens coletivas. Sobre a atuação do professor neste novo contexto, Lévy (1999, p. 158) acrescenta: “o professor é estimulado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos”.

A segunda reforma o autor denomina de reconhecimento das experiências adquiridas na qual considera que as pessoas aprendem com suas atividades sociais e profissionais, e a escola e a universidade vem perdendo o monopólio da criação e transmissão do conhecimento, decorrente, sobretudo das ferramentas do ciberespaço que permitem acesso a qualquer momento a informações e ‘redes de transações entre oferta e procura de competência’.

Por fim, o autor amplia suas reflexões sobre a educação no contexto da cibercultura se detendo em ideias que ampliam a noção de espaços de conhecimento emergente, no qual parte-se da invenção da *World Wide Web* como um dos principais eixos de desenvolvimento do ciberespaço:

A página da Web é um elemento, uma parte do corpus intangível composto pelo conjunto da *World Wide Web*. Mas pelos links que lança em direção ao restante da rede, pelos cruzamentos ou bifurcações que propõe, constitui também uma seleção organizadora, um agente estruturador, uma filtragem desse corpus. Cada elemento dessa pelota que não pode ser circunscrita é ao mesmo tempo um pacote de informações e um instrumento de navegação, uma parte do estoque e um ponto de vista original sobre esse mesmo estoque. Em uma face, a página da Web forma uma gotícula de um todo em fuga, enquanto na outra propõe um filtro singular do oceano de informação (LÉVY, 1999, p. 160).



O autor considera que a *Web* é composta de inúmeras fontes e oferece a imagem de 'inundação de informação contemporânea', "cada reserva de memória, cada grupo, cada indivíduo, cada objeto pode tornar-se emissor e contribuir para a enchente" (LÉVY,1999, p. 160).

Nesse sentido, o autor trata da emergência do ciberespaço que não significa que tudo pode ser acessado, que o todo está fora do alcance e que cada um deve reconstruir totalidades parciais a sua maneira, de acordo com seus próprios critérios.

Essas noções relacionam-se a conceitos desenvolvidos pelo teórico da contemporaneidade Edgar Morin (2015): 1) o pensamento complexo, que dá destaque às múltiplas dimensões existentes em um objeto de estudo, às contradições e à manutenção de um olhar integrador na análise desse objeto; e 2) a emergência, que pode evidenciar um dos elementos de um sistema, indicando uma necessidade. Andrade (2022, p. 69) corrobora que "a emergência é um produto da organização que, embora inseparável do sistema enquanto todo, aparece não só ao nível global, mas eventualmente também ao nível dos componentes".

Com o crescimento de acesso à informação e dos saberes através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) as instituições de ensino superior tiveram um aumento por novas vagas. O ensino na modalidade a distância surgiu para atender demandas de estudantes residentes em localidades distantes dos grandes centros urbanos detentores de instituições de ensino e para o aumento de vagas. No Brasil, o incentivo de programas de ensino a distância deu-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996), inicialmente nas instituições públicas, com o intuito de suprir a carência de cursos de nível superior na formação de professores nas regiões mais distantes do país.

Alonso (2010) caracteriza a EAD por professores e alunos não estarem face a face durante todo o tempo da formação. A autora considera que a expansão rápida de cursos ocasionou uma falta de qualidade nos cursos ofertados. Com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior e melhorar a qualidade do ensino na modalidade a distância, surge em 2006 o Sistema Universidade Aberta (UAB) por meio do Decreto nº 5.800/2006.



Segundo Ribeiro (2020), a Universidade do Estado da Bahia credenciou-se para a educação a distância em 2005 e ofertou o primeiro curso de graduação em Administração na modalidade a distância, através do sistema UAB. Em 2008, ofertou 3 cursos de licenciatura e uma especialização *lato sensu* em educação a distância. Houve, assim, um crescimento de ofertas de cursos de graduação e de especialização pela UNEB através da participação em editais da UAB.

Para Santos (2018), a experiência da EAD na UNEB favoreceu em 2014 a criação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD), que possibilitou desenvolver demandas de cursos na modalidade a distância na UNEB universidade multicampi. Segundo a autora, a UNEAD tem a finalidade de realizar a gestão de ações e projetos de EAD assim como propor novos cursos, e, conseqüentemente, fortalecer a institucionalização do ensino na modalidade à distância assim como projetos e programas de extensão, a exemplo do Projeto Nupe em Tela.

4 A experiência de curricularização da extensão do Projeto Nupe em Tela

O Projeto de Extensão Nupe em Tela, criado em 2021, decorre de uma ação do NUPE/UNEAD, e tem como objetivo criar um espaço de divulgação de resultados dos projetos de pesquisa e de extensão mediados por tecnologias, no âmbito dos cursos ofertados pela UNEAD/UNEB, visando uma maior integração entre a comunidade externa e os discentes a partir de cada localidade de pertencimento dos estudantes.

O Projeto tem proporcionado o fortalecimento da extensão entre os discentes para a integração e institucionalização na educação na modalidade a distância da UNEB, agregando as ações de ensino e pesquisa a extensão universitária, e assim permitindo aos estudantes maior conectividade, protagonismo, flexibilidade e maior autonomia na construção de suas trajetórias formativas, otimizando as possibilidades de acesso ao conhecimento científico, à formação profissional e à cidadania.

Considerando a extensão territorial da instituição e a dinâmica dos cursos da UNEAD/UNEB, vinculados aos 58 polos de apoio presencial entre 'ofertas UAB' e 'Própria', e a distribuição dos discentes nos municípios - de Amargosa, Barreiras,



Baixa Grande, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Caetité, Camaçari, Canudos, Carinhanha, Conceição do Coité, Dias D'Ávila, Esplanada, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ibotirama, Ipiaú, Ipirá, Ipupiara, Irecê, Itaberaba, Itamaraju, Itanhém, Itapetinga, Itapicuru, Jacaraci, Jacobina, Juazeiro, Lauro de Freitas, Macaúbas, Mata de São João, Mundo Novo, Paulo Afonso, Pintadas, Piritiba, Salvador, Santo Amaro, Santo Estevão, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Sítio do Quinto, Teixeira de Freitas, Valença, Vitória da Conquista e Xique-Xique -, destaca-se que essa ampla capilaridade geográfica evidencia o compromisso social em oferecer ao maior número de estudantes, conforme às diversidades e especificidades locais e culturais, o acesso gratuito ao ensino superior através da educação a distância.

O projeto piloto iniciou suas atividades com a mobilização de discentes e docentes dos cursos de graduação da UNEAD, com vistas à organização de eventos com a comunidade envolvida. Nesta fase, os participantes buscaram instituições locais e propuseram ações de acordo com as temáticas definidas nos diversos cursos, dialogando com os conteúdos dos componentes curriculares definidos pelo professor formador.

Em 2021 e 2022, diversos eventos, Quadro 1, foram realizados com a participação de docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, no âmbito da educação a distância, todos abertos à comunidade externa.

Quadro 1 - Relação de webinários/*lives* realizados através do Projeto Nupe em Tela, em 2023



Nº	WEBINÁRIO/LIVE	DATA	LINK YOUTUBE	VISUALIZAÇÕES	CURTIDAS
1	<i>Live:</i> Tecendo saberes matemáticos na pandemia - ensino médio e ensino fundamental	23/03/2021	https://www.youtube.com/live/PrjAf8M0HvA?feature=share	478	56
2	<i>Live:</i> Musicalização através do Canto Coral & Canto em Cena	19/04/2021	https://www.youtube.com/live/BhsadmOmESs?feature=share	421	62
3	<i>Live:</i> Ações ambientais e parcerias interdepartamentais em pesquisa e extensão na UNEAB	28/05/2021	https://www.youtube.com/live/5SEcMBamhjc?feature=share	321	48
4	<i>Live:</i> I Fórum de Pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Matemática e suas Tecnologias (GEMATIC)	28/05/2021	https://www.youtube.com/live/Pub-o4Qf2TI?feature=share	693	108
5	Webinário: Regulação do acesso a serviço de	30/06/2021	https://www.youtube.com/live/	566	78



	saúde no contexto da COVID-19 na Bahia		e/2lwujsbLak0?feature=share		
6	Webinário: Plágio em Trabalhos de Conclusão de Curso	17/08/2021	https://www.youtube.com/watch?v=VeBrsAS4w1E?feature=share	552	77
7	Webinário: Curricularização da extensão na graduação e pós-graduação da UNEB	11/08/2021	https://www.youtube.com/watch?v=nn-E0SQROoI	469	75
8	Curricularização da extensão em estágio supervisionado no curso de Pedagogia do DEDCI	10/11/2021	https://www.youtube.com/watch?v=Ei1SfsnvJts&t=3846s	131	16
9	A curricularização da extensão em cursos de licenciatura - experiências vivenciadas - II JIPE / III Seminário de Pesquisa da UNEAD	11/11/2021	https://www.youtube.com/watch?v=D28xgkLhqXc	214	29
10	Curricularização da extensão: Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) e Núcleo de Ensino (NE)	16/08/2022	https://www.youtube.com/watch?v=zmj2d2LuiNc	289	50



11	Live de encerramento - trilha 2 - educação digital	01/06/2022	https://www.youtube.com/watch?v=fG7-TSAlsRc	2,4 mil	386
12	Curso de férias 2022	10/06/2022	https://www.youtube.com/watch?v=gi0u4Zexffc	362	50
13	Circuito de lives - apresentação dos projetos aprovados nos editais PROEX nº009/2022 - UATI e nº 012/2022-PROEX, da Unidade Acadêmica de Educação a Distância/UNEAD	13/06/2022	https://www.youtube.com/watch?v=sC8M3dSP3F4	168	24
14	Trabalho em <i>home office</i> e suas implicações	14/06/2022	https://www.youtube.com/watch?v=uQ-NwgGUPdE	275	42
15	Licenciatura em Educação Física - semana de integração da EaD da UNEB	18/08/2022	https://www.youtube.com/watch?v=4RjTr7sLWQc	102	14
16	Conversa com candidata ao cargo do NUPE 2022/2024	15/11/2022	https://www.youtube.com/watch?v=wJ8ttzBsCo8	96	13



17	Gêneros textuais escritos estão com tudo no mercado	26/10/2022	https://www.youtube.com/watch?v=cx8lwMtpCg8	86	15
18	Novembro Negro UNEB - afroempreendedorismo - gestão aquilombada - movimento Economia Preta - Black Money: desafios e possibilidades	18/11/2022	https://www.youtube.com/watch?v=1HTsZyLVn1A	156	24
19	II Semana de Pedagogia Inclusiva - abertura e conferência "Uma escola hospitaleira"	30/11/2022	https://www.youtube.com/watch?v=re-z-t0A-PU	672	111

Fonte: Dados coletados do portfólio 2022 do Projeto Nupe em Tela e registros obtidos da plataforma YouTube em 09/02/2023.

Ao longo da trajetória de atividades do Projeto, diversos temas foram abordados nas *lives*/webinários. No que tange a temática da curricularização da extensão, os debates, com fundamentos em normativas federais e institucionais internas, buscaram ampliar horizontes e atender a necessidade de maiores esclarecimentos para discentes e docentes.

Além da troca de experiências entre os envolvidos, foram apresentados os caminhos possíveis para a implementação da operacionalização da estratégia 12.7, estipulada na meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024), que orienta os cursos de graduação a assegurar pelo menos 10% das suas cargas horárias totais em atividades de extensão (BRASIL, 2014).



Assim, além de incentivar e apoiar a organização de eventos acadêmico-científico-culturais, promovidos pelos colegiados dos cursos, oriundos das atividades de pesquisa e extensão, o projeto oportunizou:

- a) Identificar junto ao Núcleo de Ensino da Graduação e aos colegiados dos curso de graduação/UNEAD as ações de extensão passíveis de creditação para as atividades de curricularização;
- b) Criação do portfólio digital, com conteúdo formativo, elaborado de maneira colaborativa e dialógica, referente às atividades de curricularização da extensão desenvolvidas no âmbito dos cursos ofertados pela UNEAD/UNEB;
- c) Criação permanente de formação/informação de monitores bolsistas de extensão para acompanhamento dos eventos nas plataformas digitais.

Considerando as demandas da academia no campo da extensão, o Projeto foi selecionado e contemplado com monitor bolsista através do Edital Interno nº 012/2022 - Proex/UNEB - Processo Seletivo de Projetos de Extensão com concessão de Bolsas de Iniciação à Extensão para estudantes da graduação, e em 2022, desenvolveu as seguintes atividades, por etapas:

- Etapa 1 - da formação de monitores: foram realizadas reuniões e atividades formativas, em consonância com o plano de trabalho pré-estabelecido, entre os bolsistas e a equipe do projeto composta por técnicos e docentes.
- Etapa 2 - dos eventos acadêmicos: mobilização das coordenações de cursos e equipe do projeto para a organização de eventos, via StreamYard, que se efetivaram através de seminários, rodas de conversas, painéis temáticos, semanas acadêmicas, jornadas e oficinas.
- Etapa 3 - das atividades de curricularização da extensão: nessa etapa, de forma mais ampla, foi empregada a aprendizagem por projetos, uma vez que todo o grupo se envolveu com a identificação, coleta e análise dos dados para a efetiva criação do portfólio, evidenciando os conteúdos



formativos referentes às atividades e relatos de experiências sobre o tema da curricularização da extensão.

A partir desse formato, o projeto não só beneficia os municípios polos dos cursos e os alunos participantes, mas também outros discentes de diferentes cursos, que têm a oportunidade de participar como bolsista e/ou voluntário no projeto, apoiados por seus docentes, conhecendo as demandas locais e impulsionados pelas aprendizagens teórico-práticas das aulas.

5 Curricularização da extensão: elos de formação, informação e troca de saberes pelo viés da educação a distância

Sob a perspectiva do diálogo e parceria na construção colaborativa e difusão do conhecimento entre universidade e comunidade externa, os currículos redimensionados das licenciaturas da educação a distância da UNEB projetam em sua organização curricular o elemento humano como sujeito atuante através do pilar da extensão.

Para atendimento às exigências da Resolução nº 02/2015-MEC/CNE, assim como da Lei nº 13.005/2014 - PNE/BRASIL, as propostas de redimensionamento curricular com implementação da curricularização da extensão foram pauta de discussões ampliadas nas reuniões de colegiado realizadas pela UNEAD, como também nas comissões instituídas entre as equipes de coordenação dos cursos.

Após o atendimento às orientações da Gerência de Gestão de Currículos Acadêmicos (GGCA) através do Fórum de Articulação Curricular (FDC) - comissão instituída pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) por Área de Conhecimento para acompanhamento do processo de redimensionamento e submissão às instâncias superiores, tais projetos para reformulação dos currículos foram aprovados e tiveram suas resoluções publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia, conforme exposto no Quadro 2.



Quadro 2 - Relação de cursos de graduação e respectivas resoluções, com aprovação do currículo reformulado em 2023

CURSOS DE GRADUAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	RESOLUÇÃO CONSEPE UNEB	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA
Licenciatura em História	Nº 2.052/2020	13.08.2020, p. 22
Licenciatura em Matemática	Nº 2.053/2020	13.08.2020, p. 23
Licenciatura em Ciências da Computação	Nº 2.055/2020	13.08.2020, p. 23
Licenciatura em Letras com Espanhol	Nº 2.058/2020	13.08.2020, p. 23
Licenciatura em Ciências Biológicas	Nº 2.059/2020	18.08.2020, p. 17
Licenciatura em Letras - Português	Nº 2.060/2020	18.08.2020, p. 17
Licenciatura em Letras - Inglês	Nº 2.061/2020	18.08.2020, p. 17
Licenciatura em Educação Inclusiva	Nº 2.067/2020	01.09.2020, p. 14
Licenciatura em Física	Nº 2.070/2020	11.09.2020, p. 20
Licenciatura em Música	Nº 2.074/2020	03.10.2020, p. 26
Licenciatura em Química	Nº 2.075/2020	03.10.2020, p. 26
Licenciatura em Pedagogia	Nº 2.084/2020	30.10.2020, p. 20
Licenciatura em Geografia	Nº 2.099/2021	21.01.2021, p. 11
Licenciatura em Educação Física	Nº 2.138/2021	16.06.2021, p. 52

Fonte: Resoluções CONSEPE/UNEB publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia, conforme as datas informadas.

Por deliberação das comissões e em atendimento à Resolução nº 2018/2019 - UNEB, os currículos instituíram a carga horária destinada à curricularização da extensão, distribuída durante todo o curso, com carga horária parcial de alguns componentes curriculares, cujo ementário contempla ações extensionistas. A seguir, a Tabela 1 evidenciando os resultados alcançados no âmbito dos cursos de graduação da UNEAD.



Tabela 1 - Relação de cursos de graduação da UNEAD, com respectivas cargas horárias totais e relativas à curricularização da extensão

Nº	CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNEAD	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	CARGA HORÁRIA PARA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO
1	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	3.500	350
2	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	3.245	530
3	EDUCAÇÃO FÍSICA	3.315	330
4	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	3.395	400
5	GEOGRAFIA	3.350	335
6	HISTÓRIA	3.335	360
7	LETRAS - ESPANHOL	3.470	470
8	LETRAS - INGLÊS	3.470	470
9	LETRAS - PORTUGUÊS	3.380	485
10	FÍSICA	3.015	335
11	MÚSICA	3.500	350
12	MATEMÁTICA	3.350	335
13	PEDAGOGIA	3.320	350
14	QUÍMICA	3.380	345

Fonte: Relatório de atividades do núcleo de ensino / Unead/Uneb, 2022.

Após aprovação dos currículos redimensionados, em 2020, iniciou-se o processo de implementação dos mesmos e conseqüentemente a apropriação das diretrizes, metodologias de trabalho e planejamento prévio da Curricularização da Extensão para os diversos cursos envolvidos no processo. A prática do planejamento revelou-se um caminho desafiador na construção da percepção e do abarcamento dos diversos partícipes nas dinâmicas propostas junto à comunidade acadêmica interna e externa. Para a efetivação desse processo participativo e democrático, as ações foram



desenvolvidas a partir de novas práticas metodológicas, com protagonismo ativo, evidenciando a importância da extensão acadêmica para a universidade e sociedade, em associação com o ensino e a pesquisa, bem como a identificação e consolidação de práticas já realizadas por alguns cursos anteriormente.

A execução dos quatro primeiros semestres letivos (2020 a 2022), com o acompanhamento da Curricularização da Extensão implementada, oportunizou uma dinâmica formativa e de troca de experiências entre os diversos cursos, através de *lives* realizadas durante as Semanas de Integração da Unead, com apresentações dos resultados obtidos nos componentes curriculares desenvolvidos, promovendo o engajamento teórico e prático de referências e reflexões sobre seus potenciais efeitos e implicações.

A partir dos projetos redimensionados dos cursos, assim como as *lives* de Curricularização, apresenta-se a Tabela 2 com a síntese dos resultados obtidos, por curso, a partir das ações que contemplam atividades extensionistas na organização curricular dos cursos:

Tabela 2 - Ações previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos visando a Curricularização da Extensão

CURSO	SEM	COMPONENTES CURRICULARES	PRINCIPAIS RESULTADOS
HISTÓRIA	I	Educação e Tecnologias da	-Envolvimento das comunidades de entorno da Universidade / Polos
	II	Informação e Comunicação	- Apresentação e representação de elementos históricos da cultura local
	III	História da Antiguidade II	- Musuação e Gameficação com a participação da comunidade
	IV	História e Região História Medieval II História da África História do Pens. Político	



LETRAS PORTUGUÊS	I	Prática Pedagógica I	- Vivências em espaços formais e não-formais de ensino - Mostras Culturais - Rodas de leitura - Saraus
	II	Prática Pedagógica II	
	IV	Prática Pedagógica III Literatura e outras artes O Estético e o Lúdico na Literatura Infanto-Juvenil	
MATEMÁTICA	II	Laboratório do Ensino de Matemática I, II e III	- Projetos Pedagógicos-didáticos-tecnológicos para o ensino fundamental e médio - oficinas remotas
	III		
	IV		
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	I	Fundamentos Teóricos e	- Práticas extensionistas em escolas públicas e outras organizações
	II	Práticos da Ação	
	III	Pedagógica I, II, III e IV	
	IV		
MÚSICA	I	Práticas Musicais	- Projetos pedagógicos para o ensino infantil, fundamental e educação especial em ambientes formais e não-formais de ensino
	II	Coletivas I, II, III e IV	
	III	Pesquisa e Prática	
	IV	Pedagógica III e IV Educ. Musical Inclusiva	

Fonte: Relatório de atividades do núcleo de ensino UNEAD/UNEB, 2022.

O desenvolvimento destas atividades foi relatado e discutido durante as *lives* apresentadas, com a efetiva participação de monitores do Projeto Nupe em Tela, promovendo impactos na formação do estudante ao ampliar conhecimentos no campo da extensão universitária e potencializar maior qualificação no uso de plataformas digitais, conforme se observa no depoimento da monitora F.P.A.:

Participar da monitoria, através do Nupe em Tela, foi uma experiência muito válida para o percurso de minha formação



universitária. Foi um espaço para difundir conhecimento, descobrir novas habilidades e ter a percepção de mais proximidade com a Universidade. De exemplo, trago a participação em seminários por mediações tecnológicas, onde é perceptível que existe a construção de saberes coletivos com pessoas de diferentes regiões em um único momento. Além disso, pude acompanhar o processo de Curricularização, que integraliza o ensino, pesquisa e extensão no *curriculum*, ampliando a minha formação profissional de modo dinâmico. (PORTFÓLIO NUPE EM TELA, 2021-2022, p.40)

Em suma, enfatiza-se desta forma a importância do acompanhamento aos processos de discussão e construção/atualização da curricularização da extensão entre os Núcleos de Ensino, e de Pesquisa e Extensão, assim como nos colegiados de curso, considerando que são as instâncias responsáveis por conceber, implementar e sugerir alterações nos projetos pedagógicos curriculares dos cursos para a garantia dos elos de formação e troca de saberes acadêmicos.

6 Conclusão

Este artigo é fruto da experiência do Projeto Nupe em Tela com as ações de curricularização da extensão no âmbito da educação a distância e está fundamentado em instrumentos normativos federais e institucionais da UNEB relativos à extensão universitária. Por ser um Projeto que visa socializar os resultados das ações de pesquisa, extensão e das atividades de curricularização desenvolvidas pelos cursos de graduação ofertados pela UNEAD/UNEB, vem promovendo uma maior aproximação da universidade com a sociedade via mediação tecnológica.

Partindo dos resultados apresentados ao longo desse estudo, é notório que a curricularização da extensão para os cursos na modalidade a distância da UNEAD vem ampliando o estreitamento de laços entre universidade e sociedade, garantindo além da realização de atividades extensionistas presenciais a possibilidade de ações remotas, levando o alcance da instituição para a maior parte dos territórios de identidade do estado da Bahia.



Ademais, vem proporcionando aos professores formadores e discentes dos diversos cursos de licenciatura a oportunidade de execução de trabalhos de inserção social, com produtos que podem e devem ser analisados numa perspectiva científica – produção de artigos, painéis, comunicações orais –, reunindo assim os três pilares da educação superior: ensino, pesquisa e extensão.

A experiência de inserção da extensão universitária nos componentes curriculares dos cursos também vem abrindo portas para docentes e discentes de escolas públicas e outras organizações educativas, com o incremento de práticas metodológicas/tecnológicas do processo de ensino-aprendizagem nas diversas áreas do saber e níveis de ensino.

Adiciona-se aos benefícios da prática dos conteúdos/objetos de estudo junto à comunidade, o engajamento dos licenciandos, a partir da execução das atividades a aproximação do futuro *locus* de atuação: seja em componentes do núcleo de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional; seja do núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo conteúdos específicos e pedagógicos, ou do núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Em suma, evidencia-se aqui o êxito da curricularização da extensão, com a necessidade de avaliações contínuas para o aprimoramento da articulação com ensino e pesquisa, qualificação docente, formação discente, parcerias com a sociedade e atendimento às demais instâncias institucionais. E, assim, com esse olhar para o percurso da curricularização no âmbito da educação distância, revelar o compromisso social, legítimo e real de uma universidade que se aproxima cada vez mais com a sociedade.

Referências

ALONSO, Kátia Morosov. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319 – 1335, 2010. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.



ANDRADE, Homero Gomes de. **A complexidade do 'ser' e do 'fazer': abordagens e desafios para efetivação da educação científica no ensino médio integrado.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento. Salvador: UFBA/UNEB, 2022.

BAHIA. UNEB. **Resolução nº 2.018/2019.** Aprova o regulamento das ações de curricularização da extensão nos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela UNEB. Disponível em: <<https://proex.uneb.br/wp-content/uploads/2022/02/RESOLUCAO-2.0182019-Curricularizacao-da-Extensao.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

_____. A UNEB. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/a-uneb/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. UNEAD, Unidade Acadêmica de Educação a Distância. **Relatório de diagnóstico dos polos que atendem a modalidade EaD da UNEB.** Bahia, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, 2019.

_____. UNEAD, Unidade Acadêmica de Educação a Distância. **Portfólio do Projeto Nupe em Tela (2021-2022).** Bahia, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Presidência da República - Casa Civil. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. **Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001** - Plano Nacional de Educação 2001-2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 05 mar. 2022.

_____. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014** - Plano Nacional de Educação 2014-2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 05 mar. 2022.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:



<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 mar. 2022.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - Pne 2014-2024. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASILIA. **Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006**. Presidência da República. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso em: 10 mar. 2023.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa**. Campinas/SP: Papyrus, 2001

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária (2012)**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIBEIRO, Silvar Ferreira. **Gestão colaborativa do conhecimento em rede na educação a distância**. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, Ana Cristina de Mendonça. **Difusão do conhecimento em ambiente virtual de aprendizagem: construção de uma proposta metodológica de abordagem multirreferencial**. Tese (Doutorado). Curso Educação. UFBA, Salvador, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25635>> Acesso em 04 Jul 2023.



Programa Faces - Curricularização da extensão em um curso de Odontologia

Faces Program - Curricularization of extension in a Dentistry course

Erika Pasqua Tavares¹

Fernanda Stefany Maciel Pereira²

Gabriel de Oliveira Siqueira Marques²

Kelvin Vinicius Divino Rodrigues²

Maria Eduarda Braga Belisario²

Maria Eduarda Pietra de Figueiredo²

Mauricio Paiva Prado Filho²

Vitoria Letícia da Silva Souza²

Resumo

As atividades de extensão são importantes para garantir a interação dos conhecimentos adquiridos e a prática na comunidade, tornando-se um verdadeiro diferencial na formação do estudante. O Programa de Extensão FACES foi proposto para as Atividades Extensão Curriculares (ATEX) em um curso de Odontologia. No programa foram propostos oito projetos desenvolvidos cujos temas e públicos foram definidos levando-se em consideração situações-problemas de complexidade crescente e o ciclo de vida dos pacientes: 1º Faces da Odontologia (Jovens), 2º Dente de Leite (Crianças), 3º Harmonizar (Adultos), 4º OdontoVida (Pessoas com deficiência), 5º OdontoMais (Idosos), 6º Humanizar (Atendimento humanizado), 7º IntegraOdonto I (Pacientes hospitalizados) e 8º IntegraOdonto II (Saúde da família). O programa iniciou-se no primeiro semestre de 2021 e, nos projetos já realizados, possibilitou grande envolvimento dos alunos e abrangência das ações, possibilitando o desenvolvimento de competências indispensáveis para a formação profissional e benefícios significativos à população.

Palavras-chave: Extensão universitária. Currículo. Odontologia.

Abstract

Extramural activities are important to ensure the interaction of acquired knowledge and practice in the community, making it a true differential in student training. The FACES Extension Program was proposed for a extramural activities (ATEX) in a DDS

¹ Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) - erika.pasqua@hotmail.com

² Discentes da Universidade Professor Edson Antônio Velano (UNIFENAS) - fernanda.stefany@aluno.unifenas.br; gabriel.marques@aluno.unifenas.br; kelvin.rodrigues@aluno.unifenas.br; maria.belisario@aluno.unifenas.br; maria.epietra@aluno.unifenas.br; mauricio.filho@aluno.unifenas.br; vitoria.souza@aluno.unifenas.br



program. In the program, 8 projects developed in the 8 periods of the course were proposed. The themes and audiences were defined taking into account problem situations of increasing complexity and the life cycle of patients: 1st "Faces da Odontologia" (Young People); 2nd "Dente de Leite" (Children); 3rd "Harmonizar" (Adults); 4th "OdontoVida" (People with disabilities); 5th "OdontoMais" (Elderly); 6th "Humanizar" (Humanized service); 7th "IntegraOdonto I" (Hospitalized patients); 8th "IntegraOdonto II" (Family Health). The start of the program was in 2021/1 and, in the projects already carried out, it allowed for great student involvement and scope of actions, enabling the development of essential skills for professional training and significant benefits to the population.

Keywords: Extramural activities. Curriculum. Dentistry.

1 Introdução

A extensão universitária destacou-se nos cenários educacionais a partir da Constituição Federal de 1988, tendo seu formato anterior assistencialista e desarticulado do ensino e da pesquisa em um processo em que todos os envolvidos constroem juntos uma prática articulada, interdisciplinar e transformadora (PEREIRA; SOUZA, 2015; PEREIRA; VITORINI, 2019).

Nas últimas décadas pode-se observar que esse princípio constitucional foi aplicado por meio de programas e projetos de extensão dos quais participavam um número reduzido de discentes. Para alguns, as horas trabalhadas poderiam ser aproveitadas para o cumprimento das atividades complementares dos cursos.

A curricularização da extensão foi prevista no Plano Nacional de Educação - 2014-2024 (BRASIL, 2014) e regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018).

O novo cenário proposto para as atividades de extensão envolve questões que vão além dos problemas operacionais. Devem ser repensados os projetos pedagógicos dos cursos, entendendo a extensão como parte da formação de todos os alunos. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, já proposta na Constituição de 1988, deverá agora refletir-se em projetos e ações em benefício da sociedade com participação efetiva de todos os alunos do curso (RIBEIRO; MENDES; SILVA, 2018).



A valorização da extensão, com atividades avaliadas que refletem na progressão do aluno no curso, firma o compromisso de transformação social da educação superior.

As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia, instituídas pela Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021, em seu artigo 12, reforçam a necessidade de um “projeto pedagógico do curso centrado no estudante como sujeito da sua própria aprendizagem tendo o professor como facilitador e mediador deste processo, com vistas à formação integral e adequada do estudante”. Também como parte da formação do bacharel em Odontologia, as diretrizes estabelecem a necessidade da integração ensino-serviço, utilizando os cenários do Serviço Único de Saúde (SUS) para atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2021).

Para atender à necessidade da curricularização da extensão no curso de graduação e a adequação do projeto pedagógico do curso de Odontologia em conformidade com as novas diretrizes curriculares publicadas em 2021, foi proposto para o curso de Odontologia da Universidade Professor Edson Antônio Velano o Programa FACES. Este programa tem como objetivos: garantir interação entre acadêmicos e sociedade; integrar ensino, pesquisa e extensão; atuar na produção e na construção de conhecimentos; promover atividades de educação em saúde bucal; e prestar serviços à comunidade.

2 Programa Faces - Metodologia

As atividades de extensão curriculares nos cursos de graduação em Odontologia da Universidade Professor Edson Antônio Velano foram regulamentadas pela Resolução CONSUNI nº 14/2020, em cumprimento das Diretrizes para a Extensão previstas na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

De acordo com a proposta institucional, descrita no Manual para as Atividades de Extensão – ATEEx:

“As Atividades de Extensão (ATEEx) são componentes curriculares obrigatórios nos cursos de graduação e visam



expressar o compromisso social da instituição com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (UNIFENAS, 2020).

Para o curso de Odontologia foi proposto o Programa Faces, composto por oito projetos para serem desenvolvidos ao longo dos oito períodos do curso.

O Programa e o plano de ensino-aprendizagem dos projetos desenvolvidos foram encaminhados para a Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários, sendo registradas as etapas de sua execução.

Para a idealização e organização dos projetos ao longo do curso foi feita uma análise das competências desenvolvidas em cada período do curso e das necessidades e demandas regionais das ações de saúde.

Para todos os projetos, a metodologia foi delineada buscando integrar as diferentes disciplinas do período com a colaboração das diferentes áreas. Além disso, as atividades foram propostas de forma a integrar os conhecimentos de cada área aplicando-os na prática e atendendo diretamente as necessidades da população envolvida.

Os professores responsáveis pelos projetos foram orientados a encaminhar à Coordenação do Curso relatório final descritivo e fotográfico das ações, assim como apresentação e avaliação dos resultados obtidos.

2.1 Organização dos projetos ao longo do curso

Para a organização dos projetos dentro do Programa Faces, os diferentes temas e públicos foram definidos levando-se em consideração situações-problema de complexidade crescente e o ciclo de vida dos pacientes.

Na sequência curricular do curso, os projetos foram inseridos com a denominação “Atividade de Extensão (ATEX) I, II, até a VIII”. Para aprovação na



ATEX, o aluno deve participar ativamente das atividades propostas de acordo com o projeto definido, sendo avaliado nas suas diversas etapas e atingindo média maior ou igual a 6,0.

A distribuição dos projetos no Programa Faces, assim como temas, público envolvido e metodologia, estão apresentados no Quadro 1 e na Imagem 1.

Quadro 1 - Distribuição e descrição dos projetos do Programa Faces

Projeto	Público	Temas	Metodologia
ATEX I Faces da Odontologia 1º período	Jovens, estudantes do Ensino Médio	Orientação profissional Odontologia	Palestras sobre orientação profissional. História da Odontologia. Especialidades Odontológicas. Site/Instagram - Orientações sobre o curso de Odontologia.
ATEX II Dente de Leite 2º período	Bebês e crianças	Prevenção, educação em saúde bucal	Produção de cartilha/folder com instruções sobre o tema. Palestras/eventos em unidades de saúde, escolas, sala de espera das clínicas, creches.
ATEX III Harmonizar 3º período	Adultos	Harmonização orofacial Odontologia Estética/restauradora Ortodontia	Produção de cartilha/folder com instruções sobre saúde e estética em Odontologia. Palestras em unidades de saúde, sala de espera das clínicas odontológicas, empresas parceiras.



ATEX IV OdontoVida 4º período	Pessoas com deficiência	Cuidados odontológicos para pacientes com deficiência e pacientes com doenças crônicas	Produção de cartilha/folder com instruções sobre o tema. Palestras em clínicas, centros de especialidades, centro Pró-Sorriso.
ATEX V OdontoMais 5º período	Idosos	Cuidados odontológicos para os pacientes idosos	Produção de cartilha/folder com instruções sobre o tema. Palestras em unidades de saúde, asilo, grupos de apoio a terceira idade.
ATEX VI Humanizar 6º período	Pacientes adultos em atendimento odontológico	Atendimento odontológico humanizado	Desenvolvimento de ações que reforcem o atendimento humanizado nas clínicas odontológicas. Elaboração de e-book sobre Odontologia Humanizada.
ATEX VII Integra- Odonto I 7º período	Pacientes hospitalizados	Odontologia hospitalar	Acompanhamento de pacientes em hospital escola. Elaboração de material informativo sobre Odontologia Hospitalar e seus benefícios para a recuperação dos pacientes.
ATEX VIII Integra- Odonto II 8º período	Famílias	Saúde da família	Acompanhamento das equipes de saúde nas Unidades de atenção básica em saúde. Elaboração do relato de experiência sobre a participação no Programa Faces.

Fonte: O autor (2022).



Imagem 1 – Fluxograma do Programa Faces e seus projetos



Fonte: O autor (2022).

2.2 Definição de equipes e plano de trabalho

Para organização e acompanhamento dos alunos ao longo dos projetos, as equipes foram estabelecidas com alunos do 1º período e deveriam ser mantidas até o final do 8º período, com a progressão dos alunos pelos projetos.

A seleção das equipes foi baseada em perfil dos alunos e foi realizada pelo professor responsável pela ATEX do 1º período. Cada equipe foi composta por, no máximo, 10 estudantes.

De acordo com o número de alunos matriculados no curso, a primeira turma que iniciou no Programa Faces foi formada por oito equipes de trabalho. Cada equipe foi direcionada para o desenvolvimento da ação em um segmento relacionado ao público-alvo do projeto.



Para planejamento das atividades foi padronizado um cronograma e plano de trabalho onde deveriam constar as seguintes informações: datas das reuniões gerais, datas das reuniões com as equipes, apresentação de relatório parcial e apresentação de relatório final com monitoramento da abrangência do projeto.

3 Programa Faces - Resultados Parciais

3.1 Projeto Faces da Odontologia - ATEX I

Como foi realizado em momentos críticos da pandemia da COVID-19, o Projeto Faces da Odontologia foi desenvolvido com a proposta de planejamento, desenvolvimento, divulgação e monitoramento de um site e/ou página da rede social Instagram, abordando o tema “Orientação Profissional sobre Odontologia”.

O uso da tecnologia para produção e divulgação de conhecimento foi adequado e atendeu os objetivos do trabalho de forma criativa. As equipes foram orientadas na realização de pesquisas sobre: a profissão e o curso de odontologia, o mercado de trabalho e as especialidades odontológicas.

A proposta inicial foi realizada para que o ingressante compreendesse, de uma forma abrangente, todas as “Faces” do curso e as diferentes formas de atuação profissional. O logotipo do projeto Faces da Odontologia (Imagem 2) foi criado e escolhido pelas equipes de trabalho.

Imagem 2 - Logotipo do Projeto Faces da Odontologia

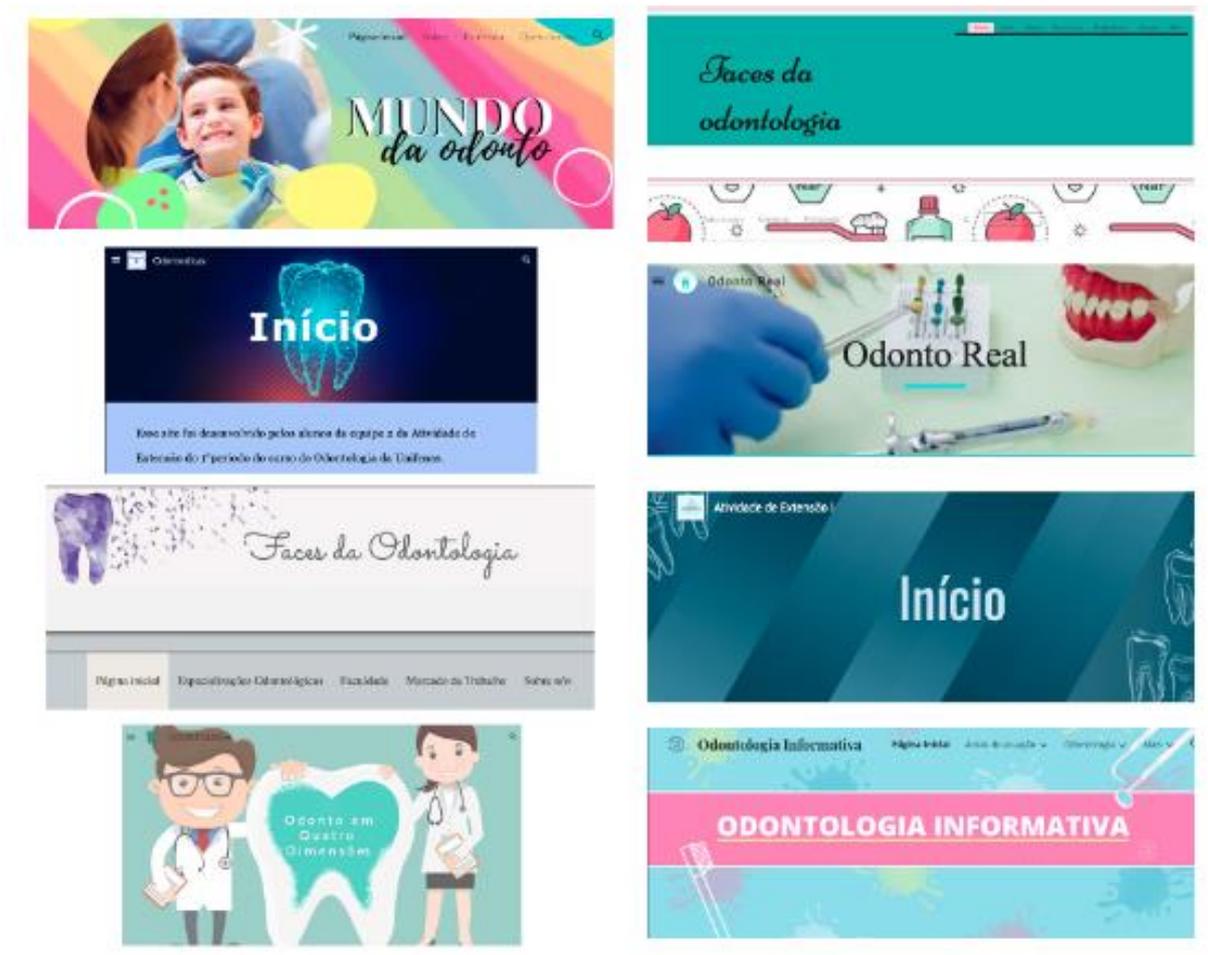


Fonte: O autor (2021).



Após as pesquisas realizadas, informações coletadas e revisadas, os sites foram finalizados e o acesso ao público disponibilizado. As equipes ficaram encarregadas da divulgação dos sites em suas redes sociais. A Imagem 3 apresenta a imagem da página inicial dos sites criados para o projeto.

Imagem 3 – Imagem da página inicial dos sites criados



Fonte: Os autores (2021).

No relatório final foi demonstrada a abrangência do projeto, com número de acessos e interações nos sites criados pelas equipes. Foram registrados, ao longo de dois meses, um total de 1655 acessos aos sites criados, realizados por pessoas de diferentes cidades do Brasil.

De acordo com a professora orientadora: “Desenvolver este projeto e iniciar o Programa Faces foi desafiador e ao mesmo tempo surpreendente. Observar o envolvimento



dos alunos em todas as atividades proposta e o amadurecimento deles superando os desafios produziu um resultado além de todas as expectativas. O trabalho em equipe foi essencial para que os sites produzidos apresentassem a qualidade observada. Realizar pesquisas, entrevistas, elaborar textos com informações relevantes, falar sobre suas escolhas e apresentar aos grupos as etapas do processo de criação do site, foram outras competências desenvolvidas com excelência. Foi uma experiência inovadora para todos e conseguiu atingir os objetivos propostos, deixando clara a importância das atividades de extensão para a formação de nossos alunos”.

3.2 Projeto Dente de Leite - ATEX II

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Odontologia no capítulo III, ao descrever as competências específicas descreve no item VI que o cirurgião-dentista deverá ser capaz de:

“Executar procedimentos odontológicos com vistas à prevenção, à interceptação e ao tratamento das doenças e aos agravos bucais, assim como à reabilitação e à manutenção do equilíbrio do sistema estomatognático e da saúde bucal, compreendendo suas relações com as condições sistêmicas e com a integralidade do indivíduo nas diferentes fases do ciclo de vida, tendo como base as evidências científicas e a incorporação de inovações tecnológicas no exercício da profissão” (BRASIL, 2021).

A observação da integralidade do indivíduo nas diferentes fases do ciclo de vida norteou o planejamento do Programa Faces e sua sequência com o Projeto Dente de Leite, incluído no segundo período do curso. A Imagem 4 apresenta o logotipo do projeto Dente de Leite.



Imagem 4 – Logo do Projeto Dente de Leite



Fonte: O autor (2021).

Como objetivos específicos, o projeto Dente de Leite incluiu a necessidade de desenvolver no estudante a capacidade de: atuar com criatividade na criação de meios de divulgação de informações necessárias para a promoção de saúde bucal; e viabilizar e gerenciar recursos financeiros para execução de projetos de extensão.

As oito equipes de trabalho foram orientadas para a produção de dois produtos que deveriam ser utilizados nas atividades de educação em saúde bucal para crianças, sendo um folder ilustrado (Imagem 5) e um vídeo informativo e criativo com temas adequados para a faixa etária.

Também como atividade do projeto foi proposta a organização e participação do evento “Semana da Criança”, realizado com as crianças atendidas pela clínica de odontopediatria da universidade.



Imagem 5 - Folder produzido no Projeto Dente de Leite

UNIFENAS
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SAÚDE BUCAL

PEÇA PARA O SEU RESPONSÁVEL APONTAR A CÂMERA DO CELULAR NO QR CODE E ASSISTA AO VÍDEO!

ALIMENTOS QUE DEIXAM OS DENTINHOS FORTES E SAUDÁVEIS

- MAÇÃ
- MORANGO
- FOLHAS VERDES
- BRÓCOLIS
- OVOS
- QUEIJOS E IOGURTES

ALIMENTOS QUE DEIXAM OS DENTINHOS FRACOS E DOENTINHOS

- DOCES
- REFRIGERANTES
- FRUTAS CÍTRICAS EM EXCESSO

LIGUE OS DENTINHOS AOS ALIMENTOS

PARA O DENTINHO MELHORAR, O QUE ELE DEVE FAZER?

- NÃO ESCOVAR OS DENTES
- COMER DOCES
- IR NO DENTISTA

LEVE A ESCOVA ATÉ SEUS AMIGUINHOS

NÃO SE ESQUEÇA DE ESCOVAR BEM OS DENTES E USAR FIO DENTAL

Logos: PAPEARIA MUFFINA, klikos, Simão Artesanato, STAR, EDO STAR.

Fonte: O autor (2021).

Na “Semana da Criança” participaram 295 crianças e seus responsáveis. De acordo com a professora orientadora: “O projeto Dente de Leite, integrante do Programa



Faces veio consolidar a caminhada dos alunos nas Atividades de Extensão. Durante o projeto foram desenvolvidas, de forma excelente, habilidades relacionadas à comunicação, trabalho em equipe, organização, gestão de recursos. O resultado foi excepcional, tanto para os alunos envolvidos como para as crianças que participaram ativamente das atividades propostas”.

A abrangência das ações, observada pela quantidade de pessoas atendidas e a efetividade dos resultados foram confirmadas pelos relatos dos envolvidos, as competências desenvolvidas nos alunos e o impacto social relevante nas famílias e comunidade.

4 Considerações Finais

A extensão universitária como parte integrante do currículo dos cursos de graduação reforça a missão da educação superior através da difusão de conhecimentos produzidos e adquiridos para além de seus muros.

A curricularização da extensão, agora com ações mais abrangentes e contínuas, será capaz de estimular a efetiva geração e a internalização de conhecimentos em decorrência das ações. Essa interação entre as universidades e a sociedade reforça também os compromissos éticos e solidários necessários para a formação profissional.

O Programa Faces, em consonância com a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Odontologia (BRASIL, 2021), desenvolverá ao longo dos oito semestres do curso competências importantes para o profissional cirurgião-dentista.

A extensão curricularizada, contínua e abrangente é a melhor forma de garantir a integração entre ensino-pesquisa e as ações na comunidade. Sendo realizada em todos os períodos do curso e por todos os alunos, torna-se um verdadeiro diferencial para a formação universitária.

Referências



BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. INEP, 2014. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3**, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências.. Brasília, 2021. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. 2018. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto .; DE SOUZA, Ângela Maria. Escrevendo os caminhos da extensão universitária na UNILA. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 2, p. 77-85, dez. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/RBEU/article/view/2062>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 19-29, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047>> Acesso em 14 fev.2023.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes; MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; SILVA, Etevaldo Almeida. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão UEPG**, v. 14, n. 3, p. 334-342, ago./dez. 2018. Disponível em:

<<https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/11018/209209210289>>. Acesso em: 14 fev. 2023.



Revitalização da biblioteca de uma escola municipal: possibilidade de usos de resíduos descartáveis como ferramentas pedagógicas

Revitalization of a municipal school library: possibility of using disposable waste as pedagogical tools

Luana Cechin¹
Aryane Spadotto²
Cinthia Wambier Adimari²
Manassés Carlos Taques²
Maria Eduarda Sobczak Alves Ferreira²
Flavia Bedretchuk do Amaral²
Rafaeli Chagas²

Resumo

Dentre os problemas ambientais que afetam a população está o não gerenciamento dos resíduos sólidos. No Brasil, em 2022, 39% destes não receberam destinação adequada. Dar uma finalidade econômica, correta e sustentável para os resíduos ainda é um desafio. O objetivo deste projeto foi identificar a potencialidade didática da utilização de resíduos sólidos urbanos (RSU) na revitalização da biblioteca de uma escola de educação básica do município de Canoinhas-SC, para fomentar a consciência sustentável por meio de uma ação de extensão do protagonismo discente ofertada pelo Instituto Federal de Santa Catarina campus Canoinhas. A ação mostra a importância da curricularização da extensão e foi dividida em cinco etapas: levantamento bibliográfico acerca do tema, levantamento das necessidades da biblioteca a ser revitalizada, elaboração do projeto de revitalização, produção dos mobiliários utilizando RSU e revitalização do espaço. Por meio da ação foi verificado o quão são relevantes as atividades que buscam conscientizar a população sobre o uso de alternativas sustentáveis.

Palavras-chave: Resíduos. Revitalização. Educação ambiental. Ambiente escolar.

Abstract

Among the environmental problems that affect the population is the non-management of solid waste. In Brazil, in 2022, 39% of these did not receive proper disposal. Giving

¹ Docente da Universidade do Contestado (UnC) - luhcechin@gmail.com

² Discentes do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - aryane.spadotto@ifsc.edu.br; cinthia.adimari@ifsc.edu.br; manasses.carlos@ifsc.edu.br; mariaeduardasobczak@gmail.com; kuke.bedretchuk@gmail.com; rafaelichagas18@gmail.com



an economic, correct and sustainable purpose to waste is still a challenge. The objective of this project was to identify the didactic capacity of using solid urban waste (RSU) in revitalizing the library of a Basic School in the municipality of Canoinhas-SC, to promote sustainable awareness through an extension action of pupil protagonism offered by the Federal Institute of Santa Catarina Campus Canoinhas. The action shows the importance of curricularization of the extension and was divided into five stages: bibliographic survey on the subject; survey of the needs of the library to be revitalized; elaboration of the revitalization project; production of furniture using MSW and finally the revitalization of the space. Through the action, it was verified how relevant activities that seek to make the population aware of the use of sustainable alternatives are.

Keywords: Waste. Revitalization. Environmental education. School environment.

1 Introdução

O ambiente escolar é o retrato das relações pedagógicas através dos registros das descobertas, do crescimento, do aprendizado e das dúvidas. A organização do espaço, como a disposição dos móveis e dos materiais, reflete na maneira de viver a relação pedagógica (FREIRE,1998, apud FREITAS, 2012).

Sobre isso, Oliveira et al. (2017) enfatiza que o indivíduo contribui socialmente perante o local a que se insere, com o planejamento dos espaços para o seu bem-estar. De modo que interfira positivamente nas relações interpessoais, tanto no âmbito estudantil quanto profissional.

Dentro do espaço escolar, são evidenciadas práticas pedagógicas que remetem a formação cidadã dos alunos. Dentre elas, a prática da educação ambiental deve ser destacada, pois com a evolução industrial e tecnológica o meio ambiente vem sentindo os impactos das ações antrópicas.

Assim, é essencial relacionar o conhecimento escolar com práticas sustentáveis para reconfigurar ações de cuidado ambiental. Uma das formas seria o processo de reutilização de resíduos urbanos, como em processo de revitalização de ambientes escolares. Costa et al. (2015) destaca que este processo melhora o desempenho e qualidade de aprendizado dos alunos.



Em 2022 foram gerados 81.811.506 t/ano de resíduos sólidos no Brasil. Destes, 39% não têm uma destinação adequada (ABRELPE, 2023). A gestão incorreta destes resíduos representa atualmente grande preocupação ambiental. Conforme salienta Andrade e Ferreira (2011), são necessários programas educativos que façam uso de estratégias para utilização de materiais recicláveis na revitalização do ambiente construído.

Entre as estratégias, a promoção de ações de extensão por instituições de ensino junto à comunidade dissemina o conhecimento entre os alunos e cidadãos, articulando o aprendizado científico e as demandas sociais. Assim, é essencial que este tipo de ação seja inserido no currículo dos estabelecimentos de ensino.

Dessa forma, o objetivo deste projeto foi identificar a potencialidade da utilização de resíduos sólidos urbanos para a revitalização da biblioteca de uma escola do município de Canoinhas-SC, para fomentar a consciência sustentável por meio de uma ação de extensão de protagonismo discente ofertada pelo Instituto Federal de Santa Catarina campus Canoinhas (IFSC-CC).

2 Desenvolvimento do relato de experiência

2.1 Educação ambiental nas atividades de ensino

A educação determina a existência social da população, promovendo conhecimento e experiências culturais nos cidadãos, capacitando-os a atuarem na comunidade em função das carências rotineiras, socioeconômicas e políticas da coletividade (LUCINDO JÚNIOR; CÂMARA, 2015).

Desta forma, a educação profissional objetiva integrar escola e trabalho. É de uma prática social que estimula os saberes culturais de cada sociedade, formando cidadãos comprometidos com o bem-estar e as necessidades da comunidade a que pertencem (BUENO; PEREIRA, 2013).

Segundo Bueno (2013) atividades de extensão aplicadas ao ensino profissional trazem grandes contribuições para a comunidade, possibilitando aos discentes o



contato profissional com o público em geral, a disseminação do conhecimento com a sociedade, bem como a concretização dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

Neste sentido, a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, apresenta em seu Art. 35 as finalidades do ensino médio:

- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

No processo de ensino, o indivíduo é influenciado pelo ambiente através da observação e avaliação. Um ambiente adequado resulta no desenvolvimento de atitudes e posicionamentos, incluindo a aquisição de saberes, por meio de ações mediadas e intencionais (FISHER; BELL; BAUM, 1984).

Neste contexto, Marcatto (2002) salienta que a educação ambiental procura desenvolver na população compromissos e atitudes na busca de soluções para preservar o meio ambiente para as gerações futuras, sendo a escola uma ferramenta essencial. Narcizo (2012) completa que os hábitos de preservação ambiental devem ser desenvolvidos desde a infância e as aptidões ecológicas devem ser contempladas desde a educação básica.

2.2 Resíduos sólidos: alternativas de destinação sustentável

Segundo Bizzo et al.,

“[...] resíduo é todo e qualquer produto ou material, proveniente de um processo, que ainda pode ter serventia, podendo ser reaproveitado para ser reutilizado ou reciclado. Resíduo sólido é o resíduo cuja composição não permite o escoamento livre” (BIZZO et al., 2012).



Tendo em vista o gerenciamento dos resíduos sólidos, no Brasil foi criada a Lei nº 13.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Com a aprovação da Lei, municípios passaram a incluir procedimentos para o manejo dos resíduos sólidos.

A PNRS estabeleceu a seguinte ordem de prioridade em relação aos resíduos sólidos no país: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010; NORBERTO, 2021).

Desta forma, ocorre a consolidação de um processo educativo objetivando a mudança de hábitos rotineiros da população, que contribuam para a redução do consumo de produtos que geram impactos socioambientais, através da reutilização e reciclagem destes resíduos (SILVA; SOUZA; SOUZA FILHO, 2021).

Para Cruz (2002) a reutilização permite evitar novas aquisições e ainda possibilita dar um destino ao que já se tem. Já a reciclagem possibilita transformar o que antes era descartado em um novo produto ou insumo na produção de outros itens.

Este fato beneficia a sociedade com a redução da exploração dos recursos naturais, do consumo de energia e da poluição, além de melhorar a limpeza urbana e a qualidade de vida da população, colabora para o desenvolvimento econômico, gerando empregos e receita, através da sua comercialização. Ademais, a concorrência dos artefatos reciclados, com aqueles gerados a partir de matérias-primas naturais, contribui para uma formação da consciência ecológica (MACHADO, 2014).

A utilização dos resíduos sólidos pode ser feita de várias maneiras, entre elas a criação de utensílios decorativos, como destaca Schwanke e Souza (2017) sobre sua experiência benéfica na utilização desta matéria-prima para revitalização de unidades escolares e de saúde, tornando os espaços mais agradáveis e promovendo ações educativas junto à comunidade por meio de oficinas.



2.3 Relato da experiência extensionista

Este trabalho apresenta um relato de experiência acerca do edital de extensão interno do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) lançado em 2019, de protagonismo discente. Tal edital tinha como objetivo apoiar projetos atrelados aos objetivos do desenvolvimento sustentável. A ação foi realizada por alunas e professores do curso Técnico em Edificações integrado ao ensino médio do IFSC, na cidade de Canoinhas (IFSC-CC).

O IFSC é uma instituição de ensino pública federal que oferta a educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos de qualificação profissional, educação de jovens e adultos (EJA), cursos técnicos, cursos de graduação e de pós-graduação.

Para esta instituição, o ensino é a habilidade de um cidadão em formação na educação profissional, científica e tecnológica de observar a realidade social, propondo soluções práticas através dos conhecimentos interdisciplinares do curso (IFSC, 2022).

Foram protagonistas desta ação três discentes do curso técnico integrado ao ensino médio em Edificações, com o intuito de revitalizar a biblioteca de uma escola de educação básica da cidade.

Este projeto demonstra a importância da curricularização da extensão pelo estabelecimento de ensino, visto que a demanda social foi identificada pelas alunas extensionistas, bem como a redação, submissão e aprovação no edital mencionado. A execução contou com 5 etapas.

Na primeira etapa, ocorreu o levantamento bibliográfico sobre resíduos sólidos urbanos, técnicas de descarte e reutilização. Houve também a participação na 2ª Feira Pedagógica realizada pela escola envolvida, que contou com a presença de público interno e externo à comunidade escolar, totalizando mais de 200 pessoas no evento. Nesse, foram produzidos brinquedos infantis com materiais recicláveis (Imagem 1).



Imagem 1 - Atividade desenvolvida na mostra pedagógica



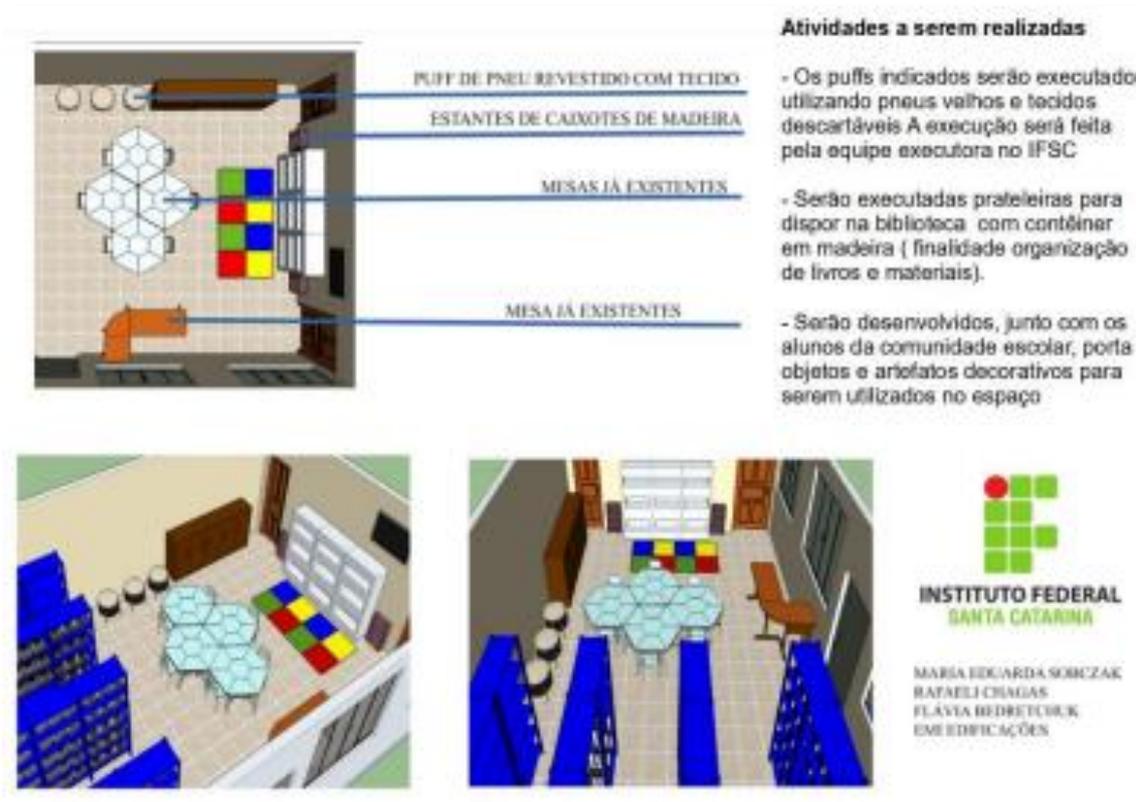
Fonte: O autor (2019).

Na segunda etapa ocorreu uma reunião da equipe com a direção e com o corpo docente da escola para o levantamento das necessidades da biblioteca a ser revitalizada. O espaço deveria ser mais atrativo e confortável aos usuários. Assim, a equipe realizou o levantamento métrico e fotográfico do espaço.

Na terceira fase, as extensionistas propuseram soluções com base nas necessidades apontadas, onde fizeram uso de mobiliário elaborado a partir de resíduos sólidos. Elas desenvolveram a representação e o planejamento usando os *softwares* para desenho AutoCad e SketchUp (Imagem 2).



Imagem 2 - Projeto apresentado à direção e professores da escola



Fonte: O autor (2019).

Foram consideradas as necessidades da escola, fluxos, funcionalidade do ambiente, conforto e segurança dos usuários. Concomitante a isso, as discentes realizaram oficinas com discentes do terceiro ano do ensino fundamental da comunidade escolar, série escolhida considerando a complexidade da atividade, conscientizando-os sobre a importância de separar os resíduos produzidos no cotidiano, bem como os benefícios da reciclagem e reutilização.

Nas oficinas, os alunos da escola desenvolveram objetos e artefatos decorativos a serem utilizados no local, reutilizando resíduos sólidos (Imagens 3 e 4).



Imagem 3 – Objetos decorativos desenvolvidos durante as oficinas



Fonte: O autor (2019).

Imagem 4 – Objetos decorativos desenvolvidos durante as oficinas



Fonte: O autor (2019).

Na quarta etapa, as extensionistas construíram mobiliários tornando o local mais confortável, agradável e organizado (Imagem 5). Para tal, utilizaram ferramentas dos laboratórios do IFSC e resíduos sólidos urbanos como materiais, fazendo uso de técnicas construtivas estudadas no curso. Alguns dos materiais utilizados foram adquiridos (tintas, colas, parafusos) e alguns arrecadados em doações (pneus, caixotes de madeira).



Imagem 5 – Desenvolvimento de mobiliário pelas alunas extensionistas



Fonte: O autor (2019).

Na última etapa, houve a revitalização e a organização do espaço com os itens produzidos. A Imagem 6 ilustra um dos espaços da biblioteca revitalizada com os objetos produzidos.

Imagem 6 – Biblioteca após a revitalização



Fonte: O autor (2019).



Por fim, as extensionistas, apresentaram a atividade para toda a comunidade, a qual demonstrou-se entusiasmada com o espaço. Simultaneamente, foi esclarecida a importância do correto descarte e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, com a utilização de cartazes educativos por elas produzidos (Imagem 7), que ficaram expostos na escola.

Imagem 7 - Cartazes educativos resíduos sólidos



Fonte: O autor (2019).

3 Conclusões

Com o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional houve um aumento no volume de resíduos gerados, resultando em problemas ambientais e exigindo soluções educativas para conscientizar a comunidade sobre a redução da geração de resíduos, bem como a importância em utilizar materiais alternativos, provenientes da reciclagem.

As ações de extensão são uma forma acadêmica de inserção na comunidade pela intervenção efetiva do protagonismo discente nas soluções dos problemas sociais.



Assim, estas ações são relevantes, pois qualificam os acadêmicos para atuarem e atenderem as demandas necessárias da sociedade em que se inserem.

Esta ação proporcionou a autonomia das extensionistas em detectar as demandas sociais, bem como o desenvolvimento de estratégias educativas relacionadas aos problemas ambientais, de modo a atingir crianças do ensino fundamental. Estas crianças mostraram-se entusiasmadas pela temática da sustentabilidade, quando inseridas diretamente no processo de revitalização da biblioteca.

Durante toda a ação, alunos e membros da comunidade escolar fizeram várias indagações e considerações à equipe executora, sobre os malefícios gerados pelos resíduos. Após a revitalização da biblioteca, esta passou a ser mais frequentada.

A ação oportunizou aos extensionistas o uso interdisciplinar de conteúdos de diferentes unidades curriculares como artes, filosofia, geografia, sociologia, matemática, língua portuguesa, desenho arquitetônico, projeto arquitetônico e práticas construtivas. E a consolidação do aprendizado.

O envolvimento da equipe executora com membros da comunidade escolar nesta ação possibilitou a troca de conhecimento.

Compreende-se assim que atividades deste tipo devem completar o currículo acadêmico, contribuindo não só para a formação de profissionais capacitados, como também na qualificação dos processos de ensino.

Referências

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL 2022**. Dez. 2022. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BIZZO, Waldir Antônio., et al. **Resíduos Sólidos**. In: ROSA, André Henrique., et al. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2012. p. 346 - 370.

BRASIL. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: dez. 2023



BRASIL. **Lei nº 12.305** de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: dez. 2023

BUENO, Almerinda Martins de Oliveira; PEREIRA, Elis Karen Rodrigues Onofre. Educação, Escola e didática: uma Análise dos Conceitos das Alunas do Curso de Pedagogia Do Terceiro Ano- UEL. **II Jornada Didática e I Seminário de Pesquisa**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 349-362, 2013. Anual.

COSTA, Daniela Peters et al. RELATO DE EXPERIÊNCIA: REVITALIZAÇÃO ESCOLAR. In: **VI Encontro PIBID ULBRA**. 2015.

CRUZ, André Luiz Marcelo da. **A reciclagem dos resíduos sólidos urbanos: um estudo de caso**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82430>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

DE ANDRADE, Rafael Medeiros; FERREIRA, João Alberto. A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL FRENTE ÀS QUESTÕES DA GLOBALIZAÇÃO. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 6, n. 1, mar. 2011. ISSN 1982-5528. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/118>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FISHER, Jeffrey D., BELL, Paul A., BAUM, Andrew. **Environmental psychology**, 2. Ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1984.

FREITAS, Hugo Nicolau Vieira de. **Revitalização do ambiente educativo: uma proposta na pedagogia do engajamento**. 2012. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/4911>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

IFSC. **EDITALPROEX nº12/2022 Protagonismo Discente**. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Protagonismo%20Discente%20-%20publica%20-%20ret-24_10.pdf> Acesso em: 03 mar. 2023.

LUCINDO JÚNIOR, Eufrânio; CÂMARA, Guilherme de Resende. Didática: conceitos, métodos de ensino-aprendizagem e relação professor/aluno. Anais do **10. Congresso Multidisciplinar de Produção Científica da Fafia**, Alegre, v. 1, n. 1, p. 59-64, 2015. Anual.



MACHADO, Naiara Franciele Alarcon. Quantificação dos resíduos sólidos gerados no refeitório de uma empresa frigorífica na cidade de alta floresta-MT. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/162>> Acesso em: 06 mar. 2023.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. 2002.

NARCIZO, Kaliane Roberta dos Santos. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

NORBERTO, Alison de Souza et al Study of the relationship between the generation of solid urban waste and the Gross Domestic Product (GDP) per capita in Brazil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e3910111429- e3910111429, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11429>>. Acesso em: 06 mar. 2023.



Relato de experiência: projeto de extensão "Antropofagia zoológica brasileira em memes - Viva Macunaíma!"

Experience report: extension project "Antropofagia zoológica brasileira em memes - Viva Macunaíma!"

Elidiomar Ribeiro da Silva¹
Ana Carolina Muniz Vieira²
Ricardo Chaker Luiz²
Luci Boa Nova Coelho³

Resumo

A pandemia de COVID-19 mudou o mundo, enfatizando a importância da comunicação via redes sociais e realçando a força dos memes para disseminar informações na internet. "Macunaíma" é uma obra que atravessa tempo e espaço, escorregando entre o culto e o popular. Bebendo da água renovadora da Semana de Arte Moderna de 1922, o livro faz uma síntese - caricata e séria - do povo brasileiro e também de nossos bichos. Pretendeu-se divulgar isso com o projeto "Antropofagia zoológica brasileira em memes - Viva Macunaíma!", em que obras de consagrados artistas modernistas foram base para estudos acerca dos animais nelas incluídos. O material resultante da ação do projeto foi publicado no Instagram @homem_leoa, com a finalidade de mostrar que ciência e cultura podem caminhar juntas em prol da divulgação artística e científica. A presente ação se encaixa no conceito da curricularização da extensão, estendendo a sala de aula universitária para uma rede social, potencializando assim o alcance da comunidade de entorno, através da utilização da cultura para se falar de Zoologia.

Palavras-chave: Arte. Modernismo. Zoologia. Divulgação Científica.

Abstract

The COVID-19 pandemic has changed the world, emphasizing the importance of communication via social media and highlighting the power of memes to disseminate information on the internet. "Macunaíma" is a work that crosses time and space, slipping between the cult and the popular. Drinking from the renewing water of the Modern Art Week of 1922, the book makes a synthesis - caricature and serious - of the Brazilian people and also of our animals. It was intended to publicize this with the

¹ Docente do Departamento de Zoologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entomólogo e estudioso de Zoologia Cultural - elidiomar@gmail.com

² Discentes da UNIRIO - carol.vieira32@gmail.com; ricardo.chaker@edu.unirio.br

³ Bióloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - lucibncoelho@gmail.com



project “Antropofagia zoológica brasileira em memes – Viva Macunaíma!”, in which works by renowned modernist artists were the basis for studies about the animals included in them. The material resulting from the project's action was posted on Instagram @homem_leoa, with the purpose of showing that science and culture can walk together in favor of artistic and scientific dissemination. This action fits into the concept of the inclusion of extension credits in under-graduation courses, extending the university classroom to a social network, thus enhancing the reach of the surrounding community, through the use of culture to talk about Zoology.

Keywords: Art. Modernism. Zoology. Scientific divulgation.

1 Introdução

Dentre tantos problemas e consequências terríveis, a pandemia de COVID-19 também escancarou algo que muitos já sabiam, mas poucos agiam para tentar resolver: a falta de conexão e comunicação entre a academia científica, representada pelas universidades públicas e institutos de pesquisa, e o restante da Sociedade (Da-Silva; Coelho, 2020). Enquanto agentes da Ciência, por muito tempo nós negligenciamos as formas de contato com o chamado público leigo, ou seja, a sociedade como um todo. Para esse contato ser estabelecido, parece óbvio que a terminologia clássica científica, repleta de jargões específicos e termos técnicos, deve ser um pouco deixada de lado. Há que se estabelecer uma comunicação simples, em que todos os envolvidos possam compreender (Da-Silva, 2018). Essa dificuldade de conexão Ciência-Sociedade é mãe do negacionismo. Atônitos, vemos o ressurgimento de doutrinas julgadas como superadas há muito, casos do terraplanismo, do criacionismo e do antivacinismo. Esse último é particularmente preocupante para o momento atual, posto que as vacinas são, juntamente com as medidas não-farmacológicas, a maior esperança de que possamos superar a mais grave pandemia em mais de 100 anos e que já levou a óbito mais de meio milhão de brasileiros.

Com o antivacinismo e o negacionismo à Ciência de modo geral, e mais a clara politização da pandemia, o que vemos é o ataque orquestrado às instituições científicas. Fiocruz, Butantan, as universidades públicas e outras casas de Ciência passaram a ser alvo de calúnias. E, infelizmente, não se vê, no meio do povo, muitas



vozes em defesa do saber científico. Como um povo que não acredita na Ciência é um povo fácil de ser dominado por exploradores, urge que lutemos por um Brasil com mais cultura científica. Isso só vai ser alcançado com uma linguagem acessível a todos.

2 Desenvolvimento

O projeto de extensão “Antropofagia zoológica brasileira em memes – Viva Macunaíma!” e as ações dele resultantes tiveram como objetivos elaborar postagens de Instagram, juntando ilustrações (fotografias, esquemas e/ou desenhos) com textos curtos, simples e de impacto, sempre sobre um animal brasileiro presente em alguma obra derivada da Semana de Arte Moderna de 1922 (Da-Silva; Coelho, 2023), tenha sido ela lançada no evento fulcral do Modernismo brasileiro (Nascimento, 2015; Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região, 2022) ou surgida posteriormente, como derivada. Assim, pretendeu-se juntar conhecimento científico básico voltado à Zoologia, a ciência dedicada ao estudo dos animais, com as excelências artísticas e culturais. Nas postagens, tentou-se incutir, além da exaltação à biodiversidade brasileira e à nossa brasilidade como um todo, uma percepção conservacionista tanto a nossos recursos naturais quanto à nossa riqueza cultural.

Com a publicação no Instagram do conteúdo produzido, esse assumiu um aspecto de charge ou meme. Assim, o projeto em questão, cadastrado junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e realizado ao longo de 2022, foi, basicamente, uma construção de internet, exaltando a presença de menções a animais nas obras derivadas da Semana de Arte Moderna de 1922. Além dos lançamentos no Instagram, o material postado serviu de base para a composição de zines de uma série especial do título "Homem-Leoa", a "Série Especial: Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922", da qual foram, até o presente, lançadas três edições (Da-Silva et al., em preparação). A primeira foi lançada em 30/04/2022, na UNIRIO, versando sobre a obra "Mulher Deitada e Cachorro", de Di Cavalcanti. A segunda foi lançada em 08/09/2022, na IV Mostra Peibê, no Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, versando sobre o poema "Os Sapos", de Manuel Bandeira. A terceira foi lançada em 08/10/2022, no II ENZINE (Encontro



Niteroiense de Zines), Niterói, RJ, versando sobre a obra "O Vendedor de Frutas", de Tarsila do Amaral, e sua ligação com o papagaio. Foi também apresentada a comunicação "Do Instagram ao papel: o zine Homem-Leoa e a inspiração animal na Semana de Arte Moderna de 1922" no VI Fórum Nacional de Pesquisadores em Arte Sequencial, em 03/11/2022.

O produto cultural gerado no projeto, representado pelas postagens no Instagram, pode ser acessado em https://www.instagram.com/homem_leoa/. E os zines (Da-Silva et al., em preparação) são disponibilizados em <https://bit.ly/3x4ZUOJ>.

Em 07 de abril de 2022, no mês seguinte ao início do projeto, foi postado no Instagram um texto introdutório sobre as atividades que viriam a seguir (Imagem 1), ação que teve 32 curtidas. Diz o texto:

"Macunaíma" é uma obra que atravessa tempo e espaço, escorregando entre o culto e o popular. Bebendo da água renovadora da Semana de Arte Moderna de 1922, o livro faz uma síntese - caricata e séria - do povo brasileiro e também de nossos bichos.

E que tal trazer "Macunaíma" e outros tesouros culturais herdados da Semana de Arte Moderna para falarmos da biodiversidade brasileira?

No projeto *Antropofagia Zoológica Brasileira em memes: Viva Macunaíma!*, vamos encontrar os animais representados no modernismo brasileiro. Pinturas, esculturas, poemas, contos, fotografias, música e muito mais, capturados na linguagem dos memes.

O projeto é coordenado pelo Prof. Dr. Elidiomar Ribeiro da Silva, Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências/UNIRIO, e conta com os integrantes Ana Carolina Vieira, bolsista PIBCUL, PROEXC/UNIRIO, graduanda da Escola de Letras, e Ricardo Chaker, graduando da Escola de Museologia.

Siga também a página do fanzine Homem-Leoa no Facebook <https://bit.ly/3x4ZUOJ> Vem com a gente!

(<https://www.instagram.com/p/CcEO3DKJMb/>)

Foram anexadas à postagem as *hashtags* #homemleoa #memes #humor #informacao #ciencia #unirio #projeto #extensao #biologia #zoologia



#zoologiacultural #arte #museologia #letras #semanade22 #antropofagia #macunaima #modernismo.

Imagem 1 - Ilustrações constantes na postagem de Instagram relativa à apresentação do projeto de extensão “Antropofagia zoológica brasileira em memes – Viva Macunaíma!”, lançadas em @homem_leoa (2022)



Fonte: Capturas de tela do Instagram (2023).

Feita essa apresentação pública do projeto, seguiram-se as nove postagens (Imagem 2) exaltando as menções a animais presentes em algumas das principais obras de arte do Modernismo brasileiro. Cada postagem teve em torno de oito ilustrações. No total, versou-se sobre obras de oito grandes artistas: Di Cavalcanti;



Manuel Bandeira; Heitor Villa-Lobos; Anita Malfatti; Oswaldo Goeldi; Mario de Andrade; Oswald de Andrade; Tarsila do Amaral (duas postagens). Respectivamente, foram abordados os animais: cachorro (*Canis lupus familiaris* Linnaeus, 1756 - Carnivora: Canidae); sapos (Anura); uirapuru (Passeriformes: Pipridae); jumento (*Equus africanus asinus* Linnaeus, 1758 - Perissodactyla: Equidae); onça-pintada [*Panthera onca* (Linnaeus, 1758) - Carnivora: Felidae]; borboletas (Lepidoptera: Rhopalocera); saguis (*Callithrix* spp. - Primates: Callitrichidae); papagaio-verdadeiro [*Amazona aestiva* (Linnaeus, 1758) - Psittaciformes: Psittacidae] e bichos aquáticos não identificados.

Imagem 2 - Capas das postagens de Instagram relativas ao projeto de extensão .
“Antropofagia zoológica brasileira em memes - Viva Macunaíma!”, lançadas em
@homem_leoa (2022)



Fonte: Captura de tela do Instagram (2023).



Em cada postagem, procurou-se sempre enfatizar a imagem, mantendo-se uma legenda pequena apenas como forma de orientação, de acordo com o estilo do Instagram. Nas ilustrações de cada postagem, falou-se de artista / arte / bicho, intencionando-se um caráter auto explicativo. Como exemplo, a primeira das nove postagens, lançada no Instagram em 13 de abril de 2022, teve nove ilustrações (Imagem 3) e a seguinte legenda:

Fica a dica do melhor amigo: “Reage, mulher, bota um cropped!”

O Artista: Di Cavalcanti

A Obra: Mulher deitada com cachorro, 1954

O Bicho: Cão doméstico (*Canis lupus familiaris*)

Antropofagia Zoológica Brasileira em memes: Viva Macunaíma!
(<https://www.instagram.com/p/CcTlr3xplAo/>)

Foram também incluídos os arrobas dos integrantes do projeto, do setor de Cultura e da PROEXC/UNIRIO, e as hashtags #homemleoa #memes #humor #informacao #ciencia #unirio #projeto #cultura #biologia #zoologia #zoologiacultural #arte #museologia #letras #semanade22 #antropofagia #dicavalcanti #anita #anitamalfatti #modernismo #cachorro #botaumcropped.



Imagem 3 – Ilustrações constantes na postagem de Instagram relativa à obra “Mulher deitada com cachorro” (1954), de Di Cavalcanti, dentro do projeto de extensão “Antropofagia zoológica brasileira em memes – Viva Macunaíma!”, lançadas em @homem_leoa (2022)

REAGE, MULHER. BOTA UM CROPPED!

O ARTISTA:
Di Cavalcanti (1897-1976) é um dos nomes mais representativos do modernismo brasileiro.

Autodidata, o pintor, desenhista, ilustrador, muralista e caricaturista foi um dos idealizadores da Semana de 22.

A representação do cotidiano e os temas populares marcam a trajetória artística de Di Cavalcanti.

Em 1917, após a crítica arrasadora de Monteiro Lobato à exposição de Anita Malfatti, Di Cavalcanti foi um dos incentivadores da artista, que terá papel fundamental na Semana de Arte Moderna.

A OBRA:
DI CAVALCANTI
Mulher Deitada e Cachorro, 1954
Óleo sobre tela
65 x 50 cm
Acervo Itaú, São Paulo

Alegria das cores vibrantes, os desenhos robustos e sinuosos e a apreciação sensorial - aqui, das mulheres que desfrutam o calor e a luz solar, a sensualidade dos corpos, a pureza da vida tropical, a docilidade e o companheirismo dos pequenos animais domésticos.

Estas são características das obras e do Brasil modernista de Di Cavalcanti.

O BICHO:
Ah, você já deve ter escutado por aí a teoria mais aceita sobre a origem dessa longa amizade entre cães e humanos.
Não?!

O MELHOR AMIGO DO HOMEM!

Há milhares de anos, lobos selvagens* criaram um hábito de aproximação dos assentamentos humanos em busca de restos de comida.

Em troca das sobras e eventuais petiscos, os grupos humanos contavam com a segurança daqueles animais, que protegiam o território de outras espécies selvagens, numa relação de mutualismo (em que ambas espécies se ajudam mutuamente).

Dai para a convivência pacífica, o auxílio em tarefas, como a parceria na caça, e a domesticação foi um passo (de mais alguns milhares de anos, é claro!).

Essa proximidade trouxe mudanças significativas para os traços físicos e o comportamento dos cães, que tornaram-se cada vez mais fiéis e companheiros dos homens.

Ao longo dos últimos milhares de anos, os homens trataram de manipular biologicamente as características dos cães a fim de acentuar essa relação de proximidade e benefícios.

Companhia, trabalho, lazer, caça, guarda ou, simplesmente, uma troca afetiva. Os cães fazem parte da nossa vida e representam, acima de tudo, companheirismo e fidelidade.

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural

Fonte: Marcelo Tin. Di Cavalcanti, entre a crítica e o sucesso. ANPCH, 2001

Fonte: DIAL. Como Super Amigos, Uma abordagem evolutiva e sensorial. USP, 2019

Fonte: Capturas de tela do Instagram (2023).



Ao longo da realização do projeto, o estilo de postagem foi sofrendo adequações, como, por exemplo, a redução de ilustrações, visando a diminuição da “poluição visual” e valorização das informações. Como aconteceu na última postagem, em que se fez uma brincadeira com um grupo de animais aquáticos não identificados, constantes na tela “Sol Poente” (1929), de Tarsila do Amaral (Imagem 4), cuja legenda diz:

Modernismo é liberdade estética ☺

A Artista: Tarsila do Amaral

A Obra: Sol Poente 1929

O Bicho: Peixe? Capivara? Ariranha? Bicho inventado? Que bicho é esse?

Antropofagia Zoológica Brasileira em memes: Viva Macunaíma!
(<https://www.instagram.com/p/Ci0nn71p1ND/>)

E uma vez mais foram incluídos os arrobas dos integrantes do projeto, do setor de Cultura e da PROEXC/UNIRIO, além das hashtags #homemleoa #memes #humor #informacao #ciencia #unirio #projeto #cultura #biologia #zoologia #zoologiacultural #arte #museologia #letras #semanade22 #antropofagia #modernismo #pintura #tarsila #tarsiladoamaral #peixe #capivara #ariranha.

3 Considerações finais

O projeto “Antropofagia zoológica brasileira em memes – Viva Macunaíma!” considera que falar de Ciência através da Cultura é o melhor caminho para se atingir a sociedade. Assim, ao longo de 2022, falamos da biodiversidade animal usando a força simbólica de “Macunaíma” e outros tesouros culturais herdados da Semana de Arte Moderna, diretamente ou de forma derivada. Para tal, usamos os memes como tempero para apimentar a união Ciência-Cultura e, assim, esperamos ter sensibilizado todas as plateias, acadêmicas ou não.

O momento atual, em que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014) define a necessidade de integralização, em cursos de graduação, de carga



horária relativa a atividades de extensão (Imperatore; Pedde, 2016; Santos *et al.*, 2019), convida as instituições de ensino superior brasileiras a repensarem suas políticas públicas. O grande desafio é encaixar as práticas extensionistas, historicamente assistencialistas, na dinâmica curricular (Imperatore; Pedde, 2016). Fundamentais para a formação profissional, integral, ética e humanística, ações de extensão são franqueadas a estudantes interessados mediante projetos e planos de atividade, tradicionalmente voltados à prestação de serviços. Com a curricularização, passa a ser necessário à extensão alcançar todo o corpo discente da universidade (Santos *et al.*, 2019). Ainda de acordo com Santos *et al.* (2019):

“Um novo conceito de sala de aula possa ser formulado, compreendendo-se que a sala de aula são todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se aprende e se (re) constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas, então o eixo clássico estudante-professor é substituído pelo eixo estudante-professor-comunidade”.

A ação do presente relato se encaixa nessa percepção, estendendo a sala de aula universitária para uma das chamadas redes sociais, o Instagram, onde tem potencial para alcançar a comunidade de entorno, usando algo de domínio público, a cultura, para se falar de Zoologia. Por ser uma conjunção de representantes de cursos diferentes, em uma abordagem simples e plural, a ação de Zoologia Cultural aqui relatada pode vir a servir de exemplo a outras iniciativas, de outras áreas do saber, contribuindo para o aumento de ofertas de atividades. Vale acrescentar que, conforme a classificação usada pelos projetos de extensão, com viés artístico, cadastrados na PROEXC/UNIRIO, essa ação conversa com as áreas de Arte e Educação; Cultura e Educação; Divulgação Científica e Cultura; e Meio Ambiente e Cultura.



Imagem 4 - Ilustrações constantes na postagem de Instagram relativa à obra “Sol Poente” (1929), de Tarsila do Amaral, dentro do projeto de extensão “Antropofagia zoológica brasileira em memes - Viva Macunaíma!”, lançadas em @homem_leoa (2022)



Fonte: Capturas de tela do Instagram (2023).

Referências

DA-SILVA, Elidiomar R. Retrospectiva 2018: o ano de consolidação da Biologia Cultural - e jamais isso foi tão necessário. **A Bruxa**, v. 2, n. 6, p. 1-8, 2018.

DA-SILVA, Elidiomar R. & COELHO, Luci B.N. Sobre incursões da fauna silvestre a áreas urbanas durante a pandemia do novo coronavírus. **A Bruxa**, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2020.

DA-SILVA, Elidiomar R. & COELHO, Luci B.N. Pegue o pombo e não dê o peixe! O ódio golpista materializado na destruição de uma das mais destacadas obras de Di Cavalcanti. **A Bruxa**, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2023.



IMPERATORE, Simone L. B. & PEDDE, Valdir. “Curricularização” da extensão universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública [on-line]. Disponível em:

<https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf>, 2016. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

NASCIMENTO, Evandro B. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá**, v. 39, p. 376-391, 2015.

PORTAL UNIFICADO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO. 2022. 100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. Hoje É Dia De... Edição Nº 32 [on-line]. Disponível em: <<https://www.trf4.jus.br/trf4/upload/jfpr/2022/02/13-de-fevereiro-100-anos-da-Semana-de-Arte-Moderna-de-1922.pdf>>, 2022. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

SANTOS, João B. S.; ALMEIDA, Jaqueline M.; AZEREDO, Liz D. T.; DIAS, Aline P. V. & LUQUETTI, Eliana C. F. A importância da curricularização da extensão no processo de formação discente [on-line]. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xi_sinefil/completos/a_importancia_JOAO.pdf>, 2019. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

